

## Henrique Paiva Couceiro — um colonialista e um conservador

Em meados do século XIX, um advogado inglês, pacatamente protestante, resolveu, por razões obscuras, educar a filha num colégio de freiras em França. Uns tempos depois de voltar para casa, a filha, Helena Isabel Armstrong Mitchell, converteu-se ao catolicismo. A conversão foi mal vista pela família. Helena Isabel era órfã de mãe e só o pai a tolerava e protegia. Mas, quando o pai morreu, tinha ela pouco mais de 20 anos, todos os parentes próximos se recusaram a recebê-la se ela não abjurasse.

Helena Isabel não abjurou. Em vez disso, refugiou-se no convento onde tinha estudado e as freiras acabaram por lhe arranjar um emprego de preceptora em Madrid. Parece que não se deu bem por lá e que, entretanto, recebeu um convite para governanta e professora de inglês das filhas da viscondessa do Torrão. Aceitou e veio para Lisboa.

Em casa do visconde do Torrão conheceu o oficial de engenharia José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro e, no curso das coisas, casou-se com ele. Desse casamento nasceram duas filhas (Carolina e Conceição) e um filho, o mais novo dos três, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro.

Helena Isabel não perdera, ou perderia, a fé intensa e militante dos conversos. Henrique cresceu num ambiente de religiosidade exacerbada. Não lhe permitiam, por exemplo, ler romances «impuros» e, já na Escola do Exército, ele fazia «gala» em os rasgar (mesmo que fossem emprestados) para edificação dos pecadores. Suspeita-se de que achava os romances «perversos» por natureza. No fim da vida confessou que lera muito poucos e que nunca fora ao teatro nem ao cinema. Segundo a lenda, só abriu uma excepção a este rigor: no esplendor da Monarquia frequentava o São Carlos. Não por causa do «enredo amoroso» das óperas, evidentemente, mas pela música.

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Quando não estava em campanha, ia à missa todos os dias. E, em campanha, todos os dias se «preparava» para «o supremo sacrifício», lendo a *Imitação de Cristo*. Diz-se que rezou, ajoelhado, antes do combate de Magul e que em 1891, no regresso de Angola, pensou seriamente em professar. Não comungava, no entanto, com frequência, persuadido da sua «indignidade» para receber o corpo de Deus, e, por isso, a mulher e as filhas o tratavam amigavelmente de «jansenista».

Viveu sempre, aliás, punindo e exercitando a carne. Deitava-se às 11 horas e levantava-se às 6. Das 6 às 7 praticava esgrima. Seguiam-se longas orações e, normalmente, duas a três horas a cavalo. Jamais falava de comida, fosse ela qual fosse. Em 1910, depois de se demitir do exército, encarregou-se ele próprio das tarefas que antes pertenciam ao «impedido»: engraxava as botas, escovava os fatos, lavava e tratava dos objectos de uso pessoal.

Desde muito cedo que juntou à religião o culto maníaco das virtudes militares. De acordo com a hagiografia posterior, a mãe, e não o pai (apesar de ser general), é que o levou por este novo caminho. Antes dos 11 anos, Helena Isabel «meteu-lhe nas mãos» uma *História das Cruzadas* (calcula-se que devidamente piedosa) e aos 11 o *Ivanhoe*, de Walter Scott. Conta-se, além disso, que ele lia e relia o D. Quixote, com quem talvez se identificasse, e o país inteiro mais tarde identificou. Exibia, sem dúvida, ostensivamente o *ethos* do cavaleiro medieval: a abnegação, o valor, a castidade, o serviço de Deus e também, porque era aquele o século do nacionalismo e dos impérios, o serviço da pátria. Não por acaso os políticos e a imprensa, os amigos e até os inimigos o descreveram invariavelmente como «um homem de outros tempos», «um homem do passado», bem acima dos vícios e misérias do mundo moderno, e o compararam mil vezes aos grandes modelos da cavalaria: ao Cid, a Roldão, a Nun'Álvares, a Bayard.

Ninguém, no entanto, o admirou pela inteligência, política ou outra, embora tivesse sido um notável governador-geral de Angola. Para Raul Brandão, por exemplo, o segredo de Couceiro estava na «superioridade da sua alma de místico» e, para Fernando Amado, um partidário, no seu «prestígio» de «ordem moral». Foi de facto pela força de carácter e pela violência da fé que ele impressionou gerações de portugueses. O que não surpreende, tratando-se de duas qualidades tão raras em Portugal e, sobretudo, na classe média urbana em que ele nascera. Sente-se aqui a sombra da mãe. A mãe que, pela força de carácter e pela violência da fé, rompera com a Inglaterra protestante para se tornar uma católica portuguesa e em que o excesso era necessariamente a única maneira de existir. Helena Isabel tinha de ser mais católica do que os católicos e mais portuguesa do que os portugueses. O filho, meio inglês, herdou transparentemente essa estranha espécie de estigma.

De resto, o pai, general, que se presume um indivíduo discreto e pacato, que nem a República achou indispensável incomodar, quase não aparece na

história e na mitologia de Couceiro. Só a mãe pesava: e, se as cartas do Bié ainda começavam com o plural «queridos pais», em 1895, os maços de cartas pós-datadas que ele deixava em Lourenço Marques, quando saía em missão, destinavam-se unicamente a não inquietar a mãe.

Sucedede que, se a violência de Helena Isabel (pelo menos, que se saiba) era uma pura violência de espírito, a do filho não era. Há um pequeno episódio do princípio da sua carreira (sobre o qual se fez um pudico silêncio) que revela uma personagem diferente, e mais temível, escondida sobre o jovem exemplar, de missa diária e «coração limpo». Em 1878, aos 16 anos, alistou-se como voluntário no Regimento de Cavalaria 2 e nele serviu até 1880. Em 1880, passou para Artilharia 1, já como aspirante, e durante uns meses frequentou a Politécnica, onde nessa altura se tirava o curso da arma. A seguir, em Novembro, inscreveu-se na Escola do Exército e, a 25 de Junho de 1881, promovido a alferes, entrou legalmente no quadro de oficiais do exército português. Nesse mesmo dia foi preso.

Na véspera à noite tinha disparado cinco tiros com uma pistola de guerra *Abaddie* contra um tal Luís Léon de la Torre Faria. Três dos tiros acertaram no homem, que esteve 42 dias «doente». Em Outubro, Couceiro respondeu em conselho de guerra pelo crime de «homicídio frustrado» e «uso de arma proibida». No conselho de guerra ficou satisfatoriamente estabelecido que o réu não conhecia a vítima nem antes houvera entre eles «altercação ou conflito». De acordo com o que se apurou, tudo se resumira ao seguinte: o «agredido roçara pelo ombro do réu» no Chiado, proferindo uma frase «injuriosa e ofensiva» para a «dignidade» dele: «desvairado pelo insulto», Couceiro dera-lhe imediatamente cinco tiros.

Por unanimidade, o conselho de guerra não considerou provada a «intenção de matar. Mas condenou Couceiro, por crime de «ofensas corporais», a dois anos de prisão militar (e não ao degredo, como a lei recomendava), atendendo ao seu bom comportamento anterior e ao facto de ele ser menor (tinha 19 anos). Em Fevereiro de 1882, o pai «implorou» o indulto a D. Luís e em Abril, contra o voto desfavorável do procurador-geral da Coroa, D. Luís reduziu ao «tempo cumprido» e a mais seis meses a pena já manifestamente benévola do conselho de guerra. A 7 de Outubro, depois de um ano e meio no Forte de São Julião, Couceiro saiu, finalmente, em liberdade.

Na aparência, o incidente não influenciou a sua carreira. Em 1884 foi promovido a 2.º tenente e colocado em Artilharia 1, um regimento privilegiado com quartel em Lisboa. E em 1886 subiu a 1.º tenente, como lhe cabia por escala, sem qualquer dificuldade. Dali em diante, e até 1889, foi cauteloso e discreto: o seu processo não regista nem punições nem louvores. A sua íntima violência não tornou a irromper em nenhum episódio memorável. Resignou-se à rotina de caserna e viveu casta e filialmente em casa dos pais.

Era um estado de coisas provisório. O ardor religioso, militar e patriótico em que fora educado exigia um propósito mais nobre do que o monótono serviço da guarnição de Lisboa. Em Lisboa não teria um futuro sublime de cavaleiro; teria um pardo futuro de burocrata. Ainda por cima, não se interessava pela política do «rotativismo», em que geralmente os oficiais ocupavam a sua ociosidade e com que às vezes satisfaziam as suas ambições. Mas, no meio da desolação portuguesa, havia África: a África dos exploradores e dos «construtores do Império», dos soldados e dos heróis. Em 1889, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro voluntariou para África.

Foi nomeado comandante do «esquadrão irregular de cavalaria da Humpata», um grupo de caçadores a cavalo, organizado por Artur Paiva para combater as «guerras», ou seja, os bandos de salteadores que, do norte e do sudoeste, assolavam o planalto de Moçâmedes. Mas não ficou muito tempo nesse lugar, nem particularmente se distinguiu, excepto numa acção sem muita importância, destinada a recuperar gado roubado, em que utilizou apenas portugueses (soldados e voluntários), em vez de *boers*, como era costume.

Tinha desembarcado em Angola a 1 de Setembro. Em Janeiro já estava no Bié, em Belmonte, com a missão de ir ao rio Cuando, do Cuando ao Cuito e daí a Lialui, no Zambeze. O objectivo dessa viagem consistia em negociar um tratado com o soba do Barotze que o «avassalasse» a Portugal ou, por outras palavras, em que ele reconhecesse a soberania portuguesa sobre os seus territórios. Sendo o povo de Barotze «adiantado», Couceiro levava ao soba presentes condignos para o persuadir à subordinação: «uma farda de coronel completa (com espada), panos, dourados, veludo, caixas de vinho do Porto e armas de repetição finas». Esperava no Bié que chegassem estas coisas e 300 carregadores quando o governador de Angola cancelou o projecto.

O tratado com o Barotze fazia parte da política de ocupação da África central, que o denominado «mapa cor-de-rosa» simbolizava. O ultimato inglês de 11 de Janeiro, pondo termo às ilusões imperiais de Lisboa, tornava a expedição inútil e perigosa. Couceiro só suspeitou do que sucedera em 6 de Março por um número truncado do jornal de Oliveira Martins, *A Província*, e logo decidiu (para grande desgosto da mãe) deixar de usar o nome de Mitchell, que o ligava à horrenda Inglaterra. Entretanto, segundo escrevia aos pais com indestrutível optimismo, trabalhava alegremente e visitava os brancos da zona, Teixeira da Silva, capitão-mor do Bié e do Bailundo, duas missões protestantes, uma inglesa e outra americana, e, sobretudo, o mais velho e famoso dos exploradores portugueses, que vivia a 200 metros dele, Silva Porto.

Silva Porto nascera em 1817, emigrara para a Baía em 1829 e, depois de várias aventuras que o levaram a Luanda, a Madagáscar e de novo ao Brasil, em 1838 tinha comprado uma loja em Angola. Desde essa altura que andava pelo interior com caravanas de comércio e simultaneamente escrevia cader-

nos sobre cadernos de observações etnográficas e geográficas, que, embora na maior parte inéditas, lhe haviam criado uma enorme reputação. Em 1890, no entanto, após uma série de maus negócios e de um incêndio na sua «casa» de Belmonte (segundo ele, «uma aldeia histórica»), estava arruinado e perto do desespero. Em 1877, a Sociedade de Geografia fizera mesmo um apelo para que, em nome do «reconhecimento nacional», o Estado lhe desse uma pensão. Sem ela Silva Porto não poderia, como tanto desejava, «vir morrer na Pátria que honrada e dedicadamente servira».

O Estado não se interessou e Silva Porto não morreu em Portugal. A chegada de Couceiro com 40 moçambicanos, armados com espingardas de repetição *Snyder*, despertou a desconfiança do soba do Bié. Os brancos vinham talvez construir uma «fortaleza» (Couceiro construía um pequeno quartel) e «tomar posse da terra». Silva Porto sossegou o soba: a tropa ia para o Barotze; não continuava ali muito tempo. Mas, como se sabe, continuou e, em Abril, o soba, inquieto (e, provavelmente, encorajado pelos rumores da hostilidade da Inglaterra aos portugueses), resolveu mandar ele próprio um ultimato ao capitão-mor Teixeira da Silva: Couceiro devia sair do Bié na madrugada seguinte. Couceiro, evidentemente, recusou-se a obedecer a «um soba, vassalo de Portugal». Seria «uma perfeita vergonha». Resolveu-se, portanto, que Silva Porto fosse parlamentar à embala, ou seja, à aldeia do soba. Silva Porto orgulhava-se da sua «influência sobre os gentios». Desta vez, porém, o soba não se comoveu.

Silva Porto voltou visivelmente abalado da embala e ainda perguntou a Couceiro se a resposta ao ultimato era «definitiva». Era coisa que pareceu incomodá-lo. Mas poucas horas depois Couceiro esteve com ele em Belmonte e já o encontrou «bem-disposto». Couceiro viu no chão alguns barris de pólvora e Silva Porto, «rindo», explicou-lhe que tinham terra. Não tinham, tinham pólvora. À noite Silva Porto sentou-se neles, embrulhado na bandeira portuguesa, e pegou-lhes fogo. Morreu no dia seguinte.

Desde o ultimato que Paiva Couceiro se preparava para defender o seu «quartel». A morte de Silva Porto permitiu-lhe mudar para Belmonte, um «recinto» com 100 metros de lado e uma paliçada de pau-ferro que os «dependentes» pretos de Silva Porto lhe disseram quererem defender. Com essa gente e os seus 40 moçambicanos, Couceiro achou a defesa possível. Só que, em menos de vinte e quatro horas, os «dependentes» de Silva Porto fugiram: e desertaram também 17 soldados dele, enquanto no mato se juntavam centenas de pretos armados. Couceiro resolveu então retirar, tanto mais que para meter na ordem os 20 soldados que lhe restavam fora obrigado a «dar-lhes pancada».

Partiu, assim, com Teixeira da Silva, para o reino vizinho do Bailundo. Mas, pelo princípio, acampou a meio do caminho, em Cambane, em território do Bié, e mandou Teixeira da Silva pedir reforços. Dali não o haviam de tirar «senão para cortar as barbas em cima da embala do soba do Bié».

Passou onze dias junto da fronteira com os seus «desleais» moçambicanos (mais tarde prendeu e puniu 9), sem ler, nem falar (os moçambicanos quase não falavam português), roendo a sua vontade de vingança.

No décimo segundo dia apareceram escuteiros do Bailundo com um ofício do governador. O ofício informava-o de que «uma companhia inglesa enviara uma expedição da baía de Walfish, ao sul do Moçâmedes, com o fim de avassalar as regiões sobre o rio Cubango, para leste até ao Zambeze», e encarregava-o, por consequência, de a «preceder». Mais precisamente, ele devia descer o Cubango até Mucusso, avassalar todos os sobas da área e «estudar as condições de navegabilidade do mesmo rio». Em suma, devia fazer sozinho uma viagem de 2600 quilómetros por uma zona quase inteiramente desconhecida.

Partiu do Bailundo a 30 de Abril. A caravana era constituída por um intérprete (um mestiço chamado Joaquim Guilherme Gonçalves), 10 soldados moçambicanos de escolta, 3 pombeiros (ou chefes de carregadores) e 90 carregadores: 104 homens ao todo. A carga de 88 fardos (com um peso médio de 25 a 35 quilos) consistia em 70 fardos de «fazendas várias, chitas, riscados, panos da costa, bandeiras e uniformes (entre eles o já mencionado uniforme de coronel) e 18 fardos de missangas, pólvora, tabaco, sal e medicamentos. A bagagem pessoal de Couceiro era, segundo ele próprio conta, «resumida», «uma pequena mala de couro com roupa e dois pares de botas, uma caixa de folha, arquivo da expedição, com papel, penas, tinta e alguns livros e, finalmente, duas moambas (espécie de cestos compridos), com utensílios de cozinha, latas de conserva e um pouco de café, chá e açúcar». Com ele, Couceiro levava uma carabina *Winchester* e, «espalhados pelas algibeiras», 35 cartuchos, um relatório, uma bússola, um termómetro, um pedómetro (um aparelho para medir a velocidade da marcha) e um aneróide (um tipo primitivo de barómetro). Desta manifesta pobreza de «instrumentos» e dos «curtos limites dos seus recursos intelectuais» se «ressentiu», disse ele, o seu trabalho de investigação.

Mas, com ou sem instrumentos, investigou com zelo. Todos os dias registava a temperatura (máxima e mínima), a topografia, o tipo de solo e a vegetação dos sítios por onde passava. Descrevia tão minuciosamente quanto podia as tribos que «avassalava»: a organização política, a religião, os costumes, a economia, a forma e materiais das cubatas, a dieta, o vestuário, os penteados, as armas de guerra, os métodos de cultura. Marchava depressa e, portanto, não era sistemático. Limitava-se a contar o que via e o que lhe diziam. Apesar disso, o relatório que escreveu não deixa de ser apreciável para quem não tinha qualquer formação de etnógrafo. Raras vezes o seu gosto e preconceitos interferem na exposição. Não se recusava nomeadamente a ver em certas raças ou em certos homens «esperteza», «senso», «engenho», «bons instintos naturais», «generosidade» e até «tendências natas para

a civilização». Explicou sem escândalo e sem sinal de censura as práticas indígenas mais arrevesadas. Aceitava diplomaticamente as cerimónias locais: no Mucusso foi «untado» da cabeça aos pés e comeu banha de hipopótamo, que não achou «desagradável». Só num caso o seu pudor veio ao de cima. Falando de Nacira, uma princesa do Cuangar, especialmente promíscua, não resistiu a comentar que, embora «bonita», de vez em quando, «o beijo lhe descaía, os olhos amorteciam» e ela «tomava uma aparência estúpida», reveladora da sua «desregrada» vida.

A paisagem, a caça e o sexo, aliás, não o interessavam. Nas duzentas páginas do relatório não há mais do que uma ou duas referências a «magníficas paisagens» ou a «magníficas montanhas». Em cinco meses e meio de viagem caçou por prazer três hipopótamos, «atraído pela inconstância do alvo». E, nas danças rituais, que lhe ofereciam, «os requebros» das fêmeas com o corpo, a cabeça e as «nádegas» não o entusiasmaram. Entusiasmou-o, sim, uma dança guerreira dos *dámaras*, que simulavam um ataque, com «gritos guturais» e «semblantes ferozes». Como também o «vigor físico» dos «mucussos», de «corpo inclinado e músculos retesados», «lutando contra, e vencendo, o correr desordenado das águas» do Cubango.

Mas, de qualquer maneira, a expedição não era venatória nem etnográfica: era política. A caravana seguia para sul, a um de fundo, ou seja, numa longa fila de um só homem, com a «bandeira das quinas» à frente e Couceiro atrás, fechando a marcha, para apressar os retardatários e vigiar tudo o que se passava. O seu objectivo consistia em «avassalar» os sobas da margem direita do Cubango. O «avassalamento», entenda-se, não passava de um acto simbólico. As potências europeias mandavam emissários aos régulos indígenas com presentes e uma bandeira: os régulos indígenas ou matavam os emissários ou aceitavam os presentes e a bandeira. Se os aceitavam, depreendia-se, de acordo com o direito internacional em vigor, que a potência europeia «ocupara» o território dos régulos. Na esmagadora maioria dos casos, durante anos não houve, evidentemente, qualquer ocupação efectiva, nem as autoridades indígenas se consideraram submetidas aos brancos que os «avassalavam». Pior, na esmagadora maioria dos casos nem sequer perceberam o significado da cerimónia ou mesmo supuseram que os brancos, por medo, se «avassalavam» a eles, porque, se assim não fosse, não lhes levariam presentes. A expedição Couceiro só se compreende neste universo fictício.

Entre o Bailundo e o Mucusso, Couceiro fez dezasseis «avassalamentos». Num caso ou noutro teve ligeiras dificuldades. Tipicamente, o soba do Cuangar (a quem foi oferecida a farda de coronel antes destinada ao soba do Barotze) imaginou, ao princípio, que uma tal munificência exigia «retribuição» em marfim ou em bois. E o soba do Mucusso exibiu uma particular rapacidade (queria constantemente beber café com açúcar). Mas, fora isso, as coisas correram bem.

Couceiro acampava ao pé da *embala* do soba e entregava-lhe os seus presentes (fazendas, uniformes, quinquilharia vária). No dia seguinte, o soba ia visitá-lo. Couceiro descreve a visita do soba do Lilungo, Dumba, um homem «novo, alto e forte», de «fisionomia aberta e agradável», com a «cara rapada», «uma pequena pêra» e o «cabelo cortado rente». Dumba trazia «um barrete de lã encarnado com riscas de cores», «um velho fraque preto» e, aos ombros, um «belo cobertor de papa». Da cintura para baixo usava «um pano de riscas largas, azuis e brancas». Apareceu precedido de um século (um conselheiro), com um banco, e «seguido de muito povo». Atravessou o acampamento e sentou-se no sítio onde estava a bandeira portuguesa e a carga; «o povo, de cócoras, dispôs-se em elipse à volta dele». Começou então a «audiência» e, «conforme o seu hábito», Couceiro esclareceu Dumba sobre «a grandeza e bondade de El-Rei de Portugal» (o *Muene Puto*), que ele ali representava. Dumba ouviu e a cerimónia acabou, como de costume, com o içar da «bandeira das quinas» entre «manifestações de regozijo». O «avassalamento» fora consumado.

Horas depois deste exercício, Couceiro partia para sul, com a sua minúscula caravana, sem deixar junto do novo «vassalo» qualquer autoridade portuguesa. Frequentemente, alugava ao soba alguns carregadores a troco de mais presentes. Os carregadores foram sempre um problema (embora um problema que naturalmente diminuía à medida que se aproximava do Mucusso). Os carregadores recusavam-se a percorrer grandes distâncias (para não se afastarem das tribos de origem); abandonavam as cargas; ou fugiam para o mato. Para conservar a coesão da coluna e não permitir que o roubassem, Couceiro recorreu confessadamente à «pancada» e a outras «violências» indescritas. Estes métodos não pareceram, aliás, impressioná-lo.

Andados 1300 quilómetros, em 30 de Julho atingiu, finalmente, a *embala* do soba do Mucusso, Muene Dára, ou Muene Limbo, que «avassalou». Não tinha ordens para ir mais longe. Mas resolveu ainda descer o Cubango de canoa até às ilhas de Gomar (65 quilómetros) e, entre 6 e 8 de Agosto, fez a pé o caminho de regresso. Tratava-se agora de subir o rio até ao forte Princesa Amélia para verificar a sua navegabilidade. O soba Muene Dára tentou retê-lo. Inutilmente. Havia fome no Mucusso e a gente de Couceiro estava reduzida a comer cães e as próprias alpergatas e correias. Couceiro despediu-se e, a 14, começou a longa viagem para o Bié, também de canoa, contra a corrente do Cubango.

Chegou ao forte Princesa Amélia a 14 de Outubro. Oito vezes fora obrigado a transportar a canoa por terra dezenas ou centenas de quilómetros. Fosse como fosse, cumprira a missão: «avassalara», antes da Inglaterra, os sobas entre o Bailundo e a fronteira do Sudoeste Africano (cerca de um quarto de Angola) e determinara minuciosamente as partes navegáveis do



Cubango. Por estes trabalhos recebeu, em 18 de Dezembro, o grau de cavaleiro da Torre e Espada.

Passara cinco meses e meio no mato sozinho, em permanente risco de vida e em condições insuportáveis para qualquer europeu. Não tinha sequer encontrado um único branco (excepto brevemente um caçador alemão). Mas bastou-lhe saber que Artur Paiva marchava de Moçâmedes com uma coluna para punir o soba «recalcitrante» do Bié para ele mesmo marchar imediatamente à procura da expedição.

Acabou por descobri-la a 28 de Outubro. Artur Paiva trazia consigo a cavalaria irregular da Humpata, 300 soldados indígenas, 70 *boers*, alguns voluntários portugueses e um grupo de «auxiliares» (ou seja, de guerreiros pretos) *zulus* e *dâmaras*. Pouco mais ou menos mil homens que, depois de percorrerem 600 quilómetros, «acometeram em linha recta a embala grande do soba Dunduma. A «embala regorgitava de gente». Só que as fortificações dos *bienos* não podiam, obviamente, resistir à artilharia de Artur Paiva. Algumas granadas «estilhaçaram o recinto» e, depois, «as baionetas dos regulares e as zagaías dos *dâmaras* e dos *zulus* desbarataram os guerreiros do soba. Segundo Couceiro, a «justiça de Portugal fora feita». Infelizmente, porém, Dunduma não fora apanhado. Seguiram-se, por consequência, 30 dias de batidas (leia-se: de razias). Sem resultado. Apenas quando Artur Paiva ameaçou expressamente os *bienes* de extermínio eles lhe entregaram Dunduma, que, de gargalheira e correntes, Paiva expediu para Moçâmedes.

Com isto, tudo parecia terminado para Couceiro, a quem já não atraía retomar o comando do esquadrão da Humpata. Artur Paiva, no entanto, talvez entusiasmado com as façanhas do Cubango, encarregou-o de «avassalar» os sobas da região da Caranganja e de avaliar as salinas (de sal-gema) da margem esquerda do Cuanza. De acordo com o relatório da expedição, escrito com a sua usual minúcia, Couceiro andou 453 quilómetros em doze dias, em etapas médias de 37,5 quilómetros e a uma velocidade de 5 quilómetros por hora; estabeleceu «dois caminhos comerciais para a Garanganja»; «avassalou» quatro sobas; e analisou cuidadosamente as salinas. Ninguém jamais o acusaria de não cumprir o serviço.

Voltou, porém, a Belmonte, muito doente, com «febres», e, a 17 de Fevereiro, o Ministério da Marinha deu por terminada a sua comissão de serviço no ultramar. Em Maio de 1891 foi-lhe atribuído o grau de oficial da Torre e Espada. Mas não subiu de posto e, após uma curta passagem pelo estado-maior, teve de se resignar à vida de quartel. Primeiro, em Santarém, no Regimento de Artilharia 3, onde ficou um ano inteiro, entre Agosto de 1891 e Agosto de 1892. E, a seguir, em Lisboa, no Regimento de Artilharia 1. Em 1893 pediu licença para servir no exército espanhol e conseguiu ainda combater nos últimos meses da campanha marroquina de Melilla e receber a medalha de mérito militar.

Estranhamente, não requereu outra comissão em África. No Verão de 1894 estava ocioso em Algés, namorando vagamente uma filha dos condes de Valença. Nem a carreira nem a vida lhe prometiam nada de excitante. Mas nesse Verão, sem ele saber, os tongas revoltaram-se no Sul de Moçambique e em Outubro atacavam Lourenço Marques. Em pânico, o governo nomeou António Enes comissário régio em Moçambique e este antigo ministro progressista e dramaturgo anticlerical convidou para ajudante de campo o católico e conservador Couceiro. Couceiro aceitou e, com ele, Aires de Ornelas e Freire de Andrade. Aos 33 anos, o destino ligava-o a um homem de insuspeitado génio no que seria a empresa colonial mais famosa do século. A 8 de Dezembro embarcou.

No Outono de 1894, Lourenço Marques estava cercada. Os brancos viviam na parte baixa da cidade atrás de barricadas de zinco e arame farpado. No Sul de Moçambique existiam várias etnias: *tongas*, *batongas*, *machopes* e, junto da fronteira da Suazilândia, um pequeno grupo de *vátuas*. Todos eles, tecnicamente, eram vassallos de Portugal e habitavam nas chamadas *terras da Coroa*. Mas tinham-se constituído em unidades independentes, os *regulados*, sobre os quais, por sua vez, o império vátua, cujo centro ficava ao norte deles, em Gaza, exercia uma influência dominante.

A revolta começara em dois dos *regulados tongas das terras da Coroa*, a Magaia e a Zichacha, provocada pelo aumento do imposto de palhota (de 900 para 1350 réis, e agora só pagável em libras) e por uma decisão das autoridades portuguesas em questões dinásticas, desfavorável ao régulo da Magaia, Mahazulo. Como Mahazulo se agitasse, o chefe do posto militar de Adoane mandou-o apresentar, provavelmente com a intenção de o remover para a ilha de Moçambique. Mahazulo apresentou-se com 2000 guerreiros e não foi preso. Em vez dele, o chefe do posto prendeu mais tarde alguns dos *indunas* (generais ou conselheiros) da Magaia, que milhares de *tongas* libertaram no dia seguinte.

Quando estas coisas sucediam, os portugueses, sem tropas suficientes, costumavam encomendar a repressão a outro regulado.

Pediram, por consequência, à Zichacha que pusesse na ordem a Magaia. Sem resultado. O régulo da Zichacha Matibejana, segundo o próprio António Enes, um homem «inteligente, audaz, ambicioso» e «dotado de instintos cavalheirescos», recusou-se a combater «os seus irmãos de raça». Em desespero, os portugueses apelaram nessa altura para o Maputo (a sul de Lourenço Marques), donde vieram de facto 3000 guerreiros, arrasando tudo à sua passagem. Quando chegaram à cidade, no entanto, exigiram espingardas *Martini Henry* para combater a Magaia e a Zichacha. Desconfiado destes «aliados», o governador Silva Antunes deu-lhes um milhar de armas inferiores e o exército do Maputo retirou imediatamente em pé de guerra contra os portugueses.

Os brancos entraram então em pânico. Silva Antunes evacuou os postos militares do interior (incluindo Angoane, a 15 quilómetros de Lourenço Marques) e armou 2000 civis, o que produziu quase tanta desordem e terror como a revolta tonga. Informados destes acontecimentos, Mahazulo e Matibejana passaram à ofensiva. Nada de sério, diga-se desde já. A 4 de Outubro, Matibejana roubou algum gado. A 9, Matibejana e Mahazulo assaltaram uma plantação e mataram 22 trabalhadores pretos e um jardineiro branco. E, logo a seguir, Matibejana ocupou o posto de Angoane e descobriu 70 espingardas *Snyder*, abandonadas pela guarnição na pressa de fugir. Finalmente, a 14 (um domingo), 1500 guerreiros dos regulados da Magaia, da Zichacha e da Moamba atacaram Lourenço Marques. Mas, descobertos a tempo, foram repelidos pela artilharia com uma centena de mortos. Dali em diante houve apenas acções isoladas: tiros contra lanchas no rio Incomati e, a 7 de Janeiro de 1895, o assassinato de dois empregados brancos do caminho de ferro e de 70 mulheres e crianças pretas, que estavam a trabalhar no campo, a 2 quilómetros de Lourenço Marques.

De qualquer maneira, e apesar da chegada de reforços da Europa (450 homens de Caçadores 2 e artilharia de montanha), a autoridade portuguesa, como depois disse António Enes, só era efectiva em Lourenço Marques e no caminho de ferro, que os *tongas* poupavam para não provocarem uma intervenção do governo de Pretória. Em Lourenço Marques pensara-se mesmo em pedir essa intervenção oficialmente e até em recrutar um corpo de *boers*, duas coisas que Lisboa com toda a razão havia proibido.

O desprestígio de Portugal era, assim, completo. A Inglaterra proclamava publicamente que os portugueses não tinham capacidade para se conservarem na zona. Os *tongas* desprezavam essas *galinhas brancas* que não se sabiam bater. E nas terras da Coroa mandava efectivamente o chefe vátua, Gungunhana. Sob o seu salvo-conduto, emissários de Cecil Rhodes (o fundador da Rodésia, que ambicionava absorver Moçambique) atravessavam a Magaia e a Zichacha e, para humilhação final, o próprio Rhodes fez tranquilamente escala em Lourenço Marques, a caminho de Pretória, e ofereceu-se para persuadir Gungunhana a pôr fim à revolta.

Convém aqui explicar a natureza do poder de Gungunhana. Os *vátuas* não excediam 2% ou 3% da população. O império vátua em Moçambique fora criado pelo avô de Gungunhana, Manicusse, no princípio do século XIX (aproximadamente entre 1810 e 1818). Manicusse pertencia a uma das inúmeras tribos zulus que o célebre Xaca submeteu e, fugindo para Moçambique com alguns milhares de guerreiros, conquistara um território imenso. No seu apogeu, o domínio *vátua* ia do Incomati ao Zambeze. Em 1895 estava consideravelmente reduzido. Poucos anos antes, em 1889, o próprio Gungunhana, cada vez mais limitado em Manica e Sofala, conduziu uma migração maciça de 200 000 dos seus súbditos 600 quilómetros

para sul. A força que perdera no Norte ganhou em Gaza, na fronteira das terras da Coroa.

Os vátuas tinham um exército permanente, organizado à maneira zulu, e um regime político altamente centralizado. Os *regulados* temiam a sua intervenção e as suas *razias*: e os mais próximos e mais pequenos pagavam-lhes tributo, como aos portugueses.

A revolta dos *tongas* não foi, com certeza, incitada por Gungunhana, como depois se pretendeu. Mas muito claramente convinha-lhe diminuir a influência dos portugueses, sem os comprometer. De resto, a simples sombra de Gungunhana protegia Mabitejana e Mahazulo e obrigava os outros régulos a uma política de neutralidade ou de colaboração com a revolta. Com ele seguro em Gaza, os *tongas* nunca seriam definitivamente vencidos. Sem ele depressa tudo entraria na ordem.

Quando António Enes desembarcou em Lourenço Marques, a 18 de Janeiro, percebeu logo que a esmagadora maioria dos *regulados* estava contra os portugueses. A favor estavam apenas dois enclaves insignificantes, a Matola e a Manhiça, e dois grupos de refugiados nas *terras da Coroa*, que eram objecto do ódio particular de Gungunhana. Mas nem esses se queriam mexer. Convocados para uma conferência, o régulo da Matola e o da Moamba, que oscilava entre os *vátuas* e os portugueses, enviaram uns «*indunas* velhos e astutos». Estes *indunas* comunicaram a Enes que, se os brancos desejavam combater a revolta, «fossem eles adiante», em vez de ficarem «sentados» na cidade.

De facto, os brancos não punham um pé fora da cidade e o mato pertencia inteiramente aos pretos. Pior: os pretos já não se intimidavam com os brancos. Pelo menos, com aqueles brancos. Enes precisava, portanto, de provar que os portugueses não eram «galinhas» nem «mulheres». Sem essa prova prévia não podia fazer nada. Felizmente para ele, o comissário régio trouxera consigo os homens menos parecidos com galinhas e mulheres que havia em Portugal. Entre Janeiro e Maio juntou em Moçambique Paiva Couceiro, Freire de Andrade, Aires de Ornelas, Eduardo da Costa e Mouzinho de Albuquerque. E encontrou no comando das tropas locais o major Caldas Xavier.

A 21 saiu de Lourenço Marques a primeira coluna para um reconhecimento de 15 quilómetros. Couceiro, com uma vanguarda de 13 cavalos, distanciou-se da coluna e foi atacado por uma centena de *tongas*. Mas resistiu e voltou sem uma única baixa. A «demonstração» começava. No dia seguinte, António Enes nomeou um «gabinete» de campanha para planear a ocupação de Marracuene, na margem direita do Incomati. A ideia era estabelecer um posto militar, «bem fortificado e guarnecido», donde se batesse «um largo trecho da margem direita» do rio, para forçar os habitantes à fuga ou à submissão. Por outras palavras, os portugueses adoptavam o método *vátua* da *razia*.

A 28 partiu de Lourenço Marques uma coluna com 37 oficiais e 791 soldados (491 brancos e 300 pretos de Angola). Levava 4 canhões e duas metralhadoras e tinha no Incomati o apoio de três lanchas armadas (na realidade, não teve, porque uma se estragou). Previa-se também que os guerreiros da Matola e da Moamba cooperassem a título de tropas «auxiliares» em eventuais operações nos *regulados* da Zichacha e da Cherinda.

A coluna chegou a Marracuene em duas marchas tranquilas de 15 quilómetros (por incrível que pareça, a distância total era só de 30 quilómetros), enquanto as lanchas sobstantes bombardeavam as aldeias ribeirinhas. A chuva e lama foram as principais dificuldades. De resto, as coisas correram bem. Entre 29 e 31, o tempo não permitiu qualquer actividade, nem mesmo a transferência do acampamento (em quadrado), que tinha uma das faces excessivamente perto de um «matagal» de capim e da floresta, o que o tornava vulnerável. A 1 de Fevereiro, o tempo melhorou. Vários piquetes de soldados de Angola pilharam as aldeias vizinhas e trouxeram para Marracuene 206 bois e uma dúzia de porcos e cabras. Um dos piquetes, porém, não voltou. Entretanto, os oficiais preparavam a travessia para a margem direita do Incomati. Os guerreiros da Matola e da Moamba, que se esperavam a 30, não haviam aparecido.

A 2, a alvorada tocou às 4 da manhã e, ainda meio adormecido, o quadrado formou. De repente, não se sabe como, surgiram do capim e da floresta centenas de *tongas*, alguns com uniforme português, que se lançaram contra a face mais exposta do quadrado, onde estavam os angolanos, pedindo-lhes (em português) que não atirassem. À noite, a surpresa e a confusão permitiram-lhes romper o quadrado. Os angolanos recuaram já «enovelados» com o inimigo. Era doutrina militar que, uma vez desfeito um quadrado, jamais se reconstituía. Mas Caldas Xavier, Couceiro, Eduardo Costa, Raul Costa e Aires de Ornelas «atiraram-se para a frente do rasgão escancarado» e conseguiram levar os angolanos de novo para a linha «ao murro e à cutilada». Os *tongas* que estavam dentro do quadrado, agora indefesos, depressa morreram em combates corpo a corpo.

O perigo passara. Com 8 canhões, 2 metralhadoras, espingardas *Kropatschek* e uma superior disciplina de fogo, o quadrado suportou o ataque sem segunda vacilação. Os *tongas* lutaram ainda durante duas horas. Às 6, perante a evidente inutilidade do exercício, retiraram. Deixaram no campo cerca de 60 mortos e levaram com eles, pelo menos, outros tantos mortos e todos os feridos. O comando da coluna calculou as baixas totais do inimigo em 200 mortos. As baixas portuguesas foram 4 soldados europeus e vinte angolanos mortos; um oficial, 8 soldados brancos e 19 angolanos feridos.

Mas, tristemente, a história de Marracuene não acaba aqui. As forças da Matola e da Moamba assistiram à batalha de longe e à derrota da Zichacha e da Magaia. Quando os guerreiros da Zichacha fugiam, exaustos e vencidos,

caíram sobre eles e, nas palavras de Enes, «fizeram uma rápida chacina», «guarnecendo o mato com os troféus destas façanhas». Depois, aproveitando a ocasião, mandaram um destacamento às aldeias da Zichacha roubar o gado e matar as mulheres, que antes se haviam secretamente comprometido a proteger. Parece que o morticínio das mulheres foi «pavoroso», mesmo para a sensibilidade de Enes. Só que indirectamente garantiu a «lealdade» da Matola e da Moamba: no futuro, como o comissário régio, não sem prazer, notou, o principal objectivo de Zichacha, devastada e «punida», consistiu sobretudo em «vingar-se» da Matola e da Moamba. As *impis* (corpos de exército) do Matibejana não tornaram a «inquietar Lourenço Marques.

A coluna permaneceu ainda três dias no terreno. A 5 marchou para Amboane e a 6 entrou em Lourenço Marques. Soldados e oficiais vinham cobertos de «todos os estigmas, todas as imundícies, todos os desalinhos com que o sertão e a guerra, as duras provações e o forçado abandono de si deprimem a dignidade da figura humana». Mas para António Enes, que assim os descreve, nunca existira tropa «tão brilhante». Marracuene não fora ocupada. A expedição terminara em pouco mais de uma semana. Aparentemente, o mato continuava a pertencer aos pretos. E, no entanto, uma coisa essencial mudara: numa situação difícil, os portugueses tinham demonstrado a sua capacidade militar. O efeito de um massacre em Marracuene seria, sem dúvida, a perda do Sul de Moçambique. A vitória diminuiu a pressão inglesa e dividiu os *regulados*. Enes ganhara espaço de manobra e resolveu, por consequência, interromper as operações na estação das chuvas.

No mês de relativa ociosidade que passou em Lourenço Marques, entre o regresso de Marracuene e o princípio de Março, Couceiro deu uma suave contribuição privada para o êxito da campanha, que dali em diante ocupou um lugar privilegiado na sua hagiografia. Sob o pretexto de que eles hostilizavam Portugal, espancou dois jornalistas ingleses e um americano: ao estalo, a murro e com um taco de bilhar. «Por dever de posição», António Enes repreendeu Couceiro. Mas repreendeu-o, confessa ele, «com vontade de o beijar». De qualquer maneira, com ou sem estas proezas, era necessário restabelecer o domínio sobre as *terras da Coroa*. O comissário régio, com a ajuda do seu «gabinete», preparou uma *razia* metódica. Começou por ocupar as ilhas da foz do Incomati, a Xefina Grande (a 29 de Fevereiro) e a Xefina Pequena. A 19 de Março, Freire de Andrade fortificou, finalmente, Marracuene e dali conduziu *razias* regulares às aldeias da margem direita do Incomati. Nos primeiros dias de Abril, Caldas Xavier devastou a ilha de Benguelene. «Limpo de revoltosos» o interior do distrito, faltava passar à margem direita.

A 25 de Abril, Freire de Andrade e Couceiro saíram de Lourenço Marques com uma coluna de 172 homens e 2 canhões. Tinham ordens para

construir uma ponte de barcas sobre o Incomati, em Incanine (alguns quilómetros a montante de Marracuene). Apesar de inúmeros acidentes, em meados de Maio a ponte estava segura e, a 17, um destacamento de 400 homens com Freire de Andrade e Couceiro à frente entrou na Magaia, em direcção a Mapungo, o *kraal*, ou *curral*, onde o régulo residia com a sua maior riqueza, o gado de Mahazulo. Não houve combates: a população fugira em peso para Gaza e os portugueses puderam apenas, para edificação dos seus vassallos, queimar Mapungo e as palhotas que iam descobrindo pelo caminho, «O incêndio cobriu uma enorme área» e «levantou para o céu trombas de fumo negro». Restava agora apenas o bando de um aventureiro, um preto europeizado, com o extraordinário nome de *Finish*, que de Macaneta, uma espécie de fortim ribeirinho, disparava sobre as lanchas de António Enes. A 18 de Abril, Macaneta foi destruída.

Com estas *razias*, para usar a exacta expressão do comissário régio, a revolta foi «expulsa» *das terras da Coroa*. O preço da vitória sobre a Zichacha e a Magaia fora «o despovoamento»: «Só estava submetido o chão.» Os milhares de pessoas que nele viviam estavam em Gaza, sob Gungunhana. E António Enes dissertava: «Com as nossas vitórias ganhara ele mais súbditos, mais prestígio! Cruel sarcasmo: as populações emigravam dos territórios regidos liberal e humanitariamente pela Cruz e pela Carta e acolhiam-se aos currais do derradeiro patriarca da selvajaria autóctone.» De facto.

Enes compreendia desde o primeiro momento que a situação no Sul de Moçambique não se resolveria sem a derrota de Gungunhana. Enquanto durou a rebelião dos *tongas*, coíbiu-se de o provocar. Entreteve mesmo longas negociações com ele através do residente (uma espécie de embaixador de Portugal junto do régulo) Júdice Bicker e depois através do seu sucessor, José Joaquim de Almeida, também secretário da Companhia de Moçambique.

O comissário régio queria essencialmente que Gungunhana não se envolvesse nos assuntos das *terras da Coroa*. Mas não só. O poder militar vátua impressionava os mais duros «africanistas», como Caldas Xavier, Freire de Andrade e o próprio Mouzinho de Albuquerque. Todos o aconselhavam a evitar a guerra. Quando muito, de acordo com Caldas Xavier, talvez fosse possível cercar o império de Gungunhana com postos bem guarnecidos que o contivessem dentro das suas fronteiras. Como se verá, Enes oscilou até ao fim entre a contenção e a guerra.

Fez, no entanto, um minucioso plano para a guerra e pediu mais reforços. Em Abril recebeu cerca de mil homens de artilharia e de engenharia e em Maio 140 de cavalaria (sem cavalos), sob o comando de Mouzinho de Albuquerque, e 900 de caçadores. Ao todo, o exército branco em Moçambique tinha agora 2700 soldados e oficiais. Nunca antes Portugal mandara para África um corpo expedicionário tão grande. O ministro da Marinha, Ferreira de

Almeida, avisou Enes de que o preço político disto era a cabeça de Gungunhana. Enes protestou, mas certamente percebia esta pura evidência.

Cautelosamente, resolveu envolver Gaza numa teia. Previu três movimentos. Um pelo Sul, até Magude, no Incomati, para ameaçar o *regulado* da Cossine, vassalo dos *vátuas*. Outro pelo Limpopo, para partir o império a meio. E o último pelo Norte, descendo de Inhambane, ao longo do rio Inharrime, para Chicomo, a pouca distância do *kraal* de Gungunhana, em *Manjacaze*. Couceiro, que chegara a Lourenço Marques doente após as *razias* na Magaia, já estava bom e dedicava-se a domar potros para a cavalaria de Mouzinho. Em Junho recebeu o comando da coluna do Sul (formalmente comandada pelo major Gomes Pereira).

Marchou com 270 europeus, 50 angolanos, cinco canhões e três metralhadoras. Demorou dez dias até ao antigo forte de Stokolo e, depois de abrir 12 quilómetros de estrada, estabeleceu um posto (que baptizou de Ponto X) na margem direita do Incomati superior, em frente de Magude, uma aldeia na fronteira da Cossine. Entretanto, Freire de Andrade instalava-se em Manhiça e, a seguir, construía outro posto no Incomati, em Chinavane, a meio caminho entre ele e Couceiro. A 15 de Julho, Couceiro e Freire de Andrade começaram a construir pontes no Ponto X e em Chinavane, sem nenhuma espécie de oposição da gente da Cossine ou dos *vátuas*.

A 17 de Julho, Couceiro retomou e guarneceu o antigo posto português de Magude. A 24 inaugurou a sua ponte. A 29 escrevia ao governador de Lourenço Marques que era muito «maçador» atingir o «momento psicológico de avançar» e não se poder mexer. Na verdade, as coisas em Inhambane corriam mal. Não se conseguiram pôr lanchas armadas no Inharrime e foi preciso construir com os pretos locais, os *machopes*, 180 quilómetros de pistas. Não havia carros de transporte nem bois. Os cavalos morriam. O comandante-chefe, o coronel Galhardo, queixava-se da sua sorte e só no fim de Julho acampou em Chicomo, em muito mau estado. Por fim, também as canhoneiras, enviadas recentemente de Portugal, após várias tentativas, haviam desistido de passar a barra do Limpopo. Perturbado por estes percalços, António Enes continuou em longas negociações com Gungunhana, por intermédio de José Joaquim de Almeida e do seu delegado pessoal, Aires de Ornelas. Enes reclamava a Gungunhana a entrega dos régulos rebeldes, Mahazulo e Matibejana, e, para satisfazer Lisboa, queria impor-lhe um estatuto de puro vassalo. Gungunhana, embora concedesse a entrega eventual de Mahazulo e Matibejana e tolerasse dois ou três pequenos postos militares no Incomati, exigia em troca a retirada imediata das tropas portuguesas das suas fronteiras. Em Agosto, os principais conselheiros do comissário régio inclinavam-se a aceitar os termos de Gungunhana. Eduardo Galhardo falava com relutância na invasão de Gaza, como prevenido um desastre. Aires de Ornelas e José Joaquim de Almeida declaravam-se terminantemente contra a



guerra. Almeida temia o pior. Para Aires de Ornelas, com o seu feitio conciliador, «o resultado» justificava já a expedição. E até Mouzinho concordava com isto e preferia de repente «fazer tudo a bem» e «a pouco e pouco».

A vontade de Enes era que a coluna do Norte marchasse direita a Manjacaze. Mas não se atrevia a dar a ordem contra a opinião dos chefes no terreno. Tomou, portanto, o partido de «seguir a lógica dos acontecimentos». Os homens não passavam, no fundo, de «joguetes, produtos, vítimas ou beneficiados dos acontecimentos». Esperaria, pois, que os acontecimentos «dispusessem» dele e «preparou-se apenas para lhes entender bem os ditames e lhes obedecer». Couceiro e Freire de Andrade trataram-lhe dos «acontecimentos». Ambos pediam desde o fim de Julho que os deixassem «avançara» e pregavam pela Cossine a guerra contra Gungunhana. A 9 de Agosto, o governador de Lourenço Marques, Nuno Queriol, comunicava ao comissário régio as inoportunidades de Freire de Andrade, que, aparentemente, pretendia bater «fosse em quem fosse». E manifestava o seu «receio» de que «lá por cima» (pelo Incomati) ainda acontecesse qualquer coisa susceptível de «alterar ou complicar os planos de S. Ex.<sup>a</sup>».

As actividades de Couceiro na Cossine tinham, na verdade, incomodado Gungunhana, que se queixara várias vezes dessa interferência durante as negociações. A leste da Cossine existia uma região dividida por pequenos régulos que obedeciam a um delegado de Gungunhana, Magioli. Aí se juntaram, à volta de Magul (o *kraal* provisório de Matibejana), os guerreiros da Cossine partidários dos *vátuas*, gente do Limpopo, as *mangas* (regimentos) de Magioli e os sobreviventes da Zichacha e da Magaia. A 19 de Agosto, recomendando muita prudência e cuidado e proibindo expressamente as operações que lhe pareceram mais perigosas, António Enes permitiu a Couceiro e a Freire de Andrade atacar e prender Matibejana.

Couceiro recebeu a ordem a 23. A 30 estava em Chinavane, onde as forças da coluna de operações se concentraram: cerca de 130 soldados brancos (120 de infantaria e uma dúzia de cavalaria), com uma única metralhadora e cerca de 2000 auxiliares pretos de régulos «fiéis». Mas sucedeu que metade dos «auxiliares» se recusou a combater e, depois de ardorosas polémicas, que duraram dois dias, a coluna partiu só com 1000, assaz contrariados. Nem Couceiro nem Freire de Andrade sabiam exactamente onde ficava Magul e tiveram de procurar caminho nas margens pantanosas de um afluente do Incomati, enquanto os «auxiliares» pilhavam as aldeias vizinhas e massacravam os habitantes. «Dessa chacina», contou Enes, «foram vítimas treze pessoas da família do Gungunhana, cuja perda ele mandou lastimar a Chicomo» (ou seja, nas negociações).

Atravessado o afluente do Incomati (o Incoluana), a coluna entrou «na grande planície de Magul» e readquiriu uma certa ordem. Atrás vinha o

quadrado das tropas brancas. No meio, a intervalos de 50 a 100 metros, as *mangas* dos pretos. E, à frente, Couceiro, com 6 soldados de cavalaria. Couceiro e as *mangas*, no entanto, andaram mais depressa (18 quilómetros em duas horas e meia) e, deixando o *kraal* de Magul para trás, continuaram até à floresta que «fechava a planície». Nessa altura viram entre as árvores milhares de guerreiros pretos e as *mangas*, apesar das exortações de Couceiro, pararam, prontas a fugir. Couceiro praticou então uma das suas usuais heroicidades, que, para Enes, foi «um dos mais singulares feitos de valor pessoal» de toda a campanha.

Notando quatro *indunas destacados* da massa inimiga, chamou por Pasman, um irmão do régulo da Cossine, partidário dos *vátuas*. Por acaso, Pasman estava ali e respondeu: e Couceiro exigiu imediatamente que lhe entregasse Matibejana, sob pena de o esmagar com as *mangas* de «auxiliares» e os brancos que marchavam na retaguarda. Pasman não se apercebeu do terror dos «auxiliares» e contemporizou: não tinha consigo o Matibejana e, de qualquer maneira, precisava de consultar os outros chefes sobre o assunto. Couceiro perguntou quanto tempo demoravam essas consultas. Três dias, disse Pasman. Muito bem: se, dentro de três dias, não lhe dessem o Matibejana, amarrado de pés e mãos, no quarto, ele Couceiro, viria buscá-lo. E, com esta ameaça, voltou devagar para as suas *mangas* e foi-se embora sossegadamente. Levou duas horas a encontrar Freire de Andrade. Salvava-se do aperto com serenidade e audácia. Mas nem António Enes nem os seus posteriores apologistas mencionaram o facto óbvio de que ele mesmo se pusera numa situação impossível, perdendo o contacto com Freire de Andrade. Cometia, de resto, esse erro indesculpável pela segunda vez. A irresponsabilidade com que mais tarde, em 1911 e 1912, arriscaria gratuitamente a vida das suas tropas não era coisa nova.

Fosse como fosse, a batalha de Magul ficara marcada. A 4, Couceiro trouxe reforços de Magude e, a 7, como Pasman não entregasse o Matibejana, saiu de Chinavane uma coluna de 275 europeus e 33 angolanos, com quatro metralhadoras. O inimigo não atacou na noite de 7 para 8, quando as condições lhe eram mais favoráveis. Só apareceu de manhã na planície de Magul com 13 *mangas*, ou seja, cerca de 6500 guerreiros. O quadrado português formou: três filas de 17 homens por lado, a primeira de joelho no chão, e as metralhadoras aos cantos. O general de Matibejana, Pope, não atacou logo: as *mangas* formaram em arco, cortando a retirada dos portugueses para Chinavane, e sentaram-se. Isto inquietou Freire de Andrade e Couceiro: queriam eles apanhar o quadrado em movimento? Pensavam em deitar fogo ao capim? Contavam que o calor e a fome enfraquecessem os brancos? Os portugueses aproveitaram a trégua para limpar o mato à volta do quadrado e o proteger com troncos de árvores, envolvidos em arame farpado.

Cercados, sem comunicações com Chinavane, Freire de Andrade e Couceiro seriam, sem dúvida, destruídos se Pope não os houvesse decidido assaltar. E assaltou-os da pior maneira. Não com uma carga de massa contra um único ponto, mas com um avanço progressivo em linha. A isso, mesmo com duas metralhadoras encravadas, o quadrado podia resistir. E resistiu: com 5 mortos e 27 feridos. As *mangas* pretas tiveram entre 300 e 450 mortos, entre os quais Pope, e debandaram em pânico. Nem sequer fizeram qualquer tentativa para embarçar a retirada da coluna para Chinavane por um terreno difícil, que a tornava frequentemente vulnerável.

Magul, como, aliás, o comissário régio reconheceu, foi mais um acto «cavaleiroso do que uma operação estratégica». Com a vitória não se ganhou «um palmo de terra, nem se conquistou uma posição útil». O próprio Matibejana permaneceu ao largo. No entanto, estabelecendo a supremacia militar dos brancos, Magul mudou a face da guerra. Nesse sentido, acabou por ser o «acontecimento determinante e inspirador» que Enes desejava. Inspirou-o e determinou-o, pelo menos, a ele. No dia em que soube o que se passara mandou Eduardo Galhardo «romper» as negociações e marchar para Manjacaze contra o Gungunhana. Em 7 de Novembro, Galhardo tomou Manjacaze e antes, em Outubro, duas canhoneiras (que, após muitas aventuras, haviam conseguido introduzir-se no Limpopo) arrasaram entre 100 e 200 aldeias ribeirinhas.

Entretanto, os *regulados* vassallos dos vátuas abandonavam Gungunhana e juravam fidelidade aos portugueses. Nas *terras da Coroa*, a revolta acabava assim em definitivo e o «leão de Gaza tinha os dentes partidos». Fora algumas *razias* avulsas, Couceiro não se tornou a distinguir até ao fim da campanha. Magul resolvera todos os problemas no Sul. Em Outubro regressou a Lourenço Marques, «magro, lívido, fatigado» e «com vergonha de estar doente». António Enes festejou dignamente o seu «condestável», o seu «Roldão», que lhe pagava, de resto, com o mesmo afecto.

Nunca, de facto, tornaria a estimar um chefe. Com Enes era filial. Quando, em Maio, o comissário régio foi ver Marracuene já fortificada, Couceiro pôs-se sempre entre ele e a linha de tiro dos rebeldes da margem esquerda. E, depois, na altura das grandes hesitações de Enes sobre a guerra com os *vátuas*, ia à noite tirar-lhe as balas do revólver com medo de que ele se suicidasse. Mas Magul, transformando-o num herói nacional, fê-lo crescer. De futuro não aceitaria a proeminência de ninguém e tendeu cada vez mais a imaginar-se a encarnação viva da pátria.

A 19 de Dezembro embarcou para Portugal. Por razões que adiante se explicarão, não gostava nem se interessava por Moçambique e até morrer não voltou a lá ir.

Em Agosto de 1895, depois de Marracuene, fora feito cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis. Em Fevereiro de 1896 foi feito comendador da Torre

e Espada, com uma pensão anual de 500 000 réis, e nomeado para a Casa Militar do Rei. Em Março recebeu a medalha de ouro de valor militar e a medalha de prata Rainha D. Amélia, por ter combatido na campanha de Moçambique. Era oficialmente um herói, um «benemérito da Pátria».

Nesse mesmo ano de 1896 casou-se com Júlia Maria de Noronha, filha e única herdeira do conde de Paraty. Parece que pretendeu primeiro, sem sucesso, a filha do conde de Valença. Mas, segundo a versão oficial da história, escrita por ele, não queria nem uma nem outra. Queria a «menina» que lhe mandara para Moçambique uma «estampa, em cartão, de Nossa Senhora da Saúde». A dita «estampa» nunca o tinha deixado durante as suas numerosas atribulações e possuía a virtude de lhe inspirar uma unção especial. Julgou ao princípio que a caridosa remetente havia sido a filha dos condes de Valença. Mais tarde descobriu que não e dali em diante só amou D. Júlia, o seu verdadeiro «anjo-da-guarda».

D. Júlia, como ele, pensara em professar (na Congregação das Religiosas Reparadoras) e lembrava frequentemente com piedoso prazer as suas 20 primas freiras. A combinação com o Nun'Álvares de Magul não podia ser melhor. Enquanto ele se ocupava do império, ela ocupava-se da fé. Exerceu, por exemplo, toda a vida o cargo de presidente da Associação Reparadora das Marias dos Sacrários Calvários. E, das três filhas do casal, duas acabaram fatalmente freiras, uma delas missionária em Angola.

Entre 1896 e 1902, Couceiro cumpriu em sossego os seus deveres militares. Coleccionou comissões (em geral, destinadas a «aperfeiçoar» as forças ultramarinas ou a «arma de artilharia») e, findo o serviço, os respectivos louvores. Passara, de resto, em 1898, do seu regimento para o estado-maior e a sua carreira tomava a forma usual das carreiras na burocracia do exército português: produzia papéis e adquiria tranquila e confortavelmente «antiguidade». Apenas em 1901 o expediram seis meses para Angola, encarregado de dirigir uma «experiência de tracção mecânica» entre o rio Lucala e Malanje e, caso o sistema provasse bem, de reconhecer alguns outros trajectos possíveis. Apresentou um copioso relatório que revela já entre linhas as suas preocupações com a política colonial do regime.

Nada indicava que esta existência regrada e anónima ameaçasse mudar. Sobretudo, nada indicava que Paiva Couceiro pretendesse entrar no que ele chamava o «pântano» da política. Os heróis de África, por definição, desprezavam a política. Enquanto eles serviam abnegada e desinteressadamente a pátria, os políticos serviam-se a si mesmos (e os partidos que os apadrinhavam) à custa da pátria. Nenhum herói, nenhum homem que se respeitasse se iria envolver nas torpes intrigas do parlamento, em que se «prostituía a honra pessoal por um prato de lentilhas».

Só que, perante as crescentes dificuldades financeiras do país e a cada vez mais visível falência do regime constitucional, os heróis de África começa-

ram a considerar-se, e a ser considerados, os genuínos representantes da nação: mais genuínos, pelo menos, do que os deputados de São Bento, a quem não reconheciam qualquer espécie de legitimidade. Eram, porém, uma pequena minoria no exército. O grosso do exército aceitava sem protesto a ordem estabelecida e os altos comandos, directa ou indirectamente designados pelos partidos, nem por absurdo concebiam a hipótese de uma intervenção militar. Os heróis de África, e em geral os oficiais *africanistas*, não podiam na prática fazer nada. Estavam condenados ao silêncio e ao desespero, como o suicídio de Mouzinho de Albuquerque, por um tempo o putativo salvador da pátria, veio dramaticamente demonstrar.

Mouzinho matou-se a 8 de Janeiro de 1902. Couceiro escolheu outro caminho: em 1 de Abril enviou ao parlamento uma «respeitosa petição» individual. O governo acabara de assinar um «convénio» sobre a dívida externa que hipotecava aos credores a quase totalidade dos rendimentos alfandegários do continente. Couceiro declarava isto «atentatório da integridade e da autonomia administrativa» da nação e pedia aos deputados que se esforçassem por conseguir o «equilíbrio orçamental» e que «reformassem» os respectivos «costumes», de maneira que os negócios públicos fossem «regidos» como o exigiam «a nobreza e as tradições» do povo português.

Rafael Bordalo Pinheiro comentou este gesto com os seguintes versos:

*Grande heroísmo e grande integridade,  
Bigode loiro e afirmações solenes,  
Erguendo ao sol a Espada e a Verdade  
É este, no dizer de António Enes,  
O D. Nun'Álvares da nova idade!*

Na *Paródia*, de Bordalo, e nos jornais sérios, o seu primeiro acto político suscitou desde logo as acusações de extravagância e de ingenuidade que sempre o perseguiriam. Mas talvez tivesse sido, de entre todos, o mais realista. Aparecia sozinho e falava sozinho, como depois apareceu e falou sozinho. Sucede que, em 1902, a opinião pública monárquica independente sentia a necessidade, e a urgência, de reagir contra a partilha do poder entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista (o chamado *rotativismo*). O *rotativismo*, como se sabe, assentava na arbitragem do rei, que atribuía alternadamente a cada um dos partidos o direito de «fazer eleições», e nas eleições fictícias que se «faziam», pelo suborno e pela fraude. Para muita gente, estes métodos, estes «costumes», como dizia Couceiro, «tinham de acabar, sob pena de uma crise nacional ou de uma revolução republicana».

O *Diário Ilustrado*, por exemplo, transcreveu na íntegra o manifesto de Couceiro, com hiperbólicos elogios: e o *Diário Ilustrado* pertencia a um novo partido, fundado pouco antes, que se propunha pôr um expeditivo fim ao «apascentar simultâneo das duas clientelas» *rotativas*, o Partido Regenera-

dor-Liberal, de João Franco. Coincidência ou não, o «ingénuo Nun'Álvares» estava em boa companhia.

E foi já com o entusiástico apoio do *Diário Ilustrado* que, em Dezembro, provocou o segundo escândalo da sua vida política. O governo, presidido por Hintze Ribeiro, e de que era ministro da Marinha e do Ultramar Teixeira de Sousa (um cacique transmontano célebre pelas suas comezainas), concedera o direito de construir o caminho de ferro de Benguela a um tal Robert Williams, «discípulo de Cecil Rhodes», garantindo-lhe o monopólio de eventuais explorações mineiras numa faixa ao longo da linha com 240 quilómetros de largura e, em princípio, 1347 quilómetros de comprimento. Existia, à altura, entre os fanáticos do império uma escola de pensamento de acordo com a qual Moçambique, em grande parte entregue às companhias majestáticas, se perdera como colónia exclusivamente portuguesa. Mas não Angola. Angola devia, por isso, ser *intangível*: «dos portugueses e só para os portugueses». Devia ser, ou vir a ser, como sonhava Couceiro, uma «província de Portugal, «falando a língua», «seguindo os usos» e «mantendo as tradições da mãe-pátria», «prolongando através das ilhas atlânticas a própria Mãe-Pátria». Teoricamente, o «contrato Williams» liquidava essa ambiciosa visão.

Couceiro reagiu com extraordinária violência numa carta que a imprensa inteira publicou. Com o *contrato Williams*, o governo «entregava de facto ao estrangeiro todo o Sul de Angola e «alienava a única zona de colonização branca na única província africana que restava ao país». «Livres ou forçados, conscientes ou inconscientes», os ministros cometiam um «crime de traidores». E o regime merecia um nome que «o respeito o mandava calar».

O regime também o mandou calar a ele. A 6 de Dezembro de 1902 foi transferido para Évora e colocado como adjunto da Inspeção do Serviço de Artilharia. Esteve neste exílio interno até Novembro de 1903, de que o salvou o ministério progressista de José Luciano, passando-o para o Grupo de Baterias a Cavalos de Queluz. Mas, sem dúvida, apesar da distância, estabeleceu estreitas relações com o Partido Regenerador-Liberal e pessoalmente com João Franco. O discurso de Maio de 1903, em que João Franco apresentou os grandes princípios do seu programa, incorporava, em matéria de política colonial, todas as ideias de Couceiro e, mesmo em matéria de política externa, a concepção da aliança inglesa era um esboço da que Couceiro expôs depois, em 1906, na *Revista Militar*.

Em 1905, como outros *africanistas* famosos (Freire de Andrade, Aires de Ornelas, Pedro Gaivão, Ivens Ferraz, João Baptista Ferreira), inscreveu-se oficialmente no Partido Regenerador-Liberal, cujo *Almanaque* proclamava que «a sua nobreza ingénita e a sua candura imaculável» bastavam para que os portugueses «não perdessem a confiança no futuro da raça».

Como se sabe, D. Carlos, finalmente resolvido a apoiar a reforma do regime, entregou o poder a Franco em 19 de Maio de 1906 para ele governar

«à inglesa», em aliança com o Partido Progressista. Nas eleições que estas reviravoltas exigiam, Couceiro foi feito deputado. Durante um ano (o ano da «fase liberal» do *franquismo*) não abriu a boca no plenário, mas parece que trabalhou dedicadamente nas comissões, principalmente na Comissão do Ultramar. Em Maio de 1907, porém, duas coisas sucederam que iriam decisivamente mudar o seu destino: no dia 1 morreu em Luanda o governador-geral de Angola, Eduardo Costa, e no dia 2 João Franco, separando-se dos progressistas, dissolveu o parlamento e, como se dizia, «entrou em ditadura».

A 24 de Maio parece que, por indicação do rei, o ministro da Marinha do novo ministério de Franco, Aires de Ornelas, nomeou Paiva Couceiro governador-geral *interino* de Angola (sendo apenas capitão, não podia exercer o cargo a título definitivo). E a 17 de Junho Couceiro desembarcou em Luanda, com a inestimável vantagem do apoio absoluto de Lisboa, para começar a construção de um verdadeiro império português. Conhecia muito bem as terríveis dificuldades que o esperavam. Só não imaginava com certeza que tudo se perderia em Portugal.

René Pélissier, que lhe deu mais um heróico nome, «o grande fulminador», compara Couceiro, cujo mandato em Angola não chegou a durar dois anos, aos grandes colonizadores do século: a Lyautey, a Galieni, a Lugard. E já em 1947 o antigo alto comissário da República em Angola, o *maçon* e jacobino Norton de Matos, manifestava a sua «gratidão» e «admiração» pela «obra» de Couceiro e escrevia que se limitara a «seguir» pelo «caminho que ele previamente abrira com passos de gigante».

No papel, o programa de Couceiro era simples. Tratava-se, em primeiro lugar, de ocupar, explorar e guarnecer todo o território até às mais remotas fronteiras para garantir a segurança de pessoas e bens e prevenir qualquer tentativa de interferência externa. Tratava-se, em segundo lugar, de promover o desenvolvimento económico da «província», criando comunicações rápidas e baratas, fixando colonos portugueses, forçando o indigenato ao trabalho e reduzindo o peso do protecçãoismo e dos monopólios metropolitanos. E, por último, tratava-se de conseguir para o governo da «província» o mínimo de autonomia que lhe permitisse agir rapidamente (e com conhecimento de causa) na defesa dos seus interesses, em vez de ficar meses e meses dependente do *despacho* de burocratas ignorantes entrincheirados nos labirínticos rituais do Terreiro do Paço.

Como tinha explicado em 1906 (na *Revista Militar*), Couceiro contava com o apoio ou, pelo menos, com a tolerância da Inglaterra para este plano. Na essência, dizia ele, com algum senso profético, o futuro do império britânico assentava no domínio do Atlântico. A Inglaterra não queria, portanto, qualquer potência hostil, ou concorrente, instalada em pontos estratégicos da margem oriental do oceano. Ora os principais pontos estratégicos no Atlântico que ainda não pertenciam aos ingleses eram portugueses: os Aç-

res, a Madeira, São Tomé e Príncipe e alguns portos da costa de Angola. Se Portugal orientasse o seu esforço de colonização para ocidente (e não para leste), fortificasse as ilhas e as partes relevantes da costa de Angola, a Inglaterra ficaria com um aliado (incapaz de ser um rival), que não lhe convinha sufocar, mas, muito pelo contrário, proteger contra eventuais ambições da Alemanha ou da França.

A clareza dos objectivos de Couceiro e a lucidez da sua política imperial não punham qualquer problema: o problema estava na falta de meios e na colaboração de Lisboa; e foi com uma assombrosa falta de meios e, a partir da queda de Franco, com a hostilidade de Lisboa que ele lutou de 1907 a 1909. Um pequeno político palaciano, chamado Venceslau de Lima, acabou, no fim, por vencê-lo.

Tomemos, por exemplo, a ocupação. A ocupação exigia tropas e as tropas disponíveis limitavam-se a 5065 homens, dos quais apenas cerca de 1700 (34%) eram brancos. Mesmo assim, Couceiro concebeu o «esquema» original para ocupar sistematicamente a província, nunca a seguir abandonado, que previa seis «linhas de penetração» até às fronteiras, através dos caminhos de ferro de Luanda, Benguela e Moçâmedes, dos rios navegáveis (para que pediu 7 lanchas armadas, que só lhe entregaram em 1909) e de «carreiras» a construir pelos pretos. Sem surpresa, não conseguiu cumprir a totalidade do «esquema». Avançou, no entanto, centenas e, às vezes, milhares de quilómetros os limites do território «reconhecido» e, embora em malha larga, militarmente guarnecido. Falhou, sobretudo, no Norte e no Nordeste. No Noroeste também *os solongos* continuaram a resistir. Em contrapartida, submeteu *os dembos*, o Líbolo e em parte o Amboim e, no Sul, bateu os *ovambos* (excepto *os cuanhamas*).

A ocupação, que, segundo Péliissier, tinha sido fortuita, foi sempre dali em diante organizada. Mas, de quando em quando, no governador-geral acordava o tenente Couceiro. O homem que dirigia uma vasta e complexa campanha num espaço imenso vestia a farda e partia com as colunas de operações. Entre 17 de Novembro e 12 de Dezembro de 1907 andou com um ataque de malária e sem qualquer motivo plausível com uma expedição punitiva ao Ambriz, onde a sua presença era perigosa e perfeitamente dispensável. Sente-se nessa peripécia, e noutras semelhantes, um irreprimível desejo de exibicionismo, que as responsabilidades não anulavam e quase não atenuavam. O «cavaleiro» exigia aventuras e não se consolava com a glória remota e partilhada do general.

Para não falar nas frustrações do administrador. O «fomento» revelou-se bem mais intratável do que a ocupação. Couceiro aumentou algumas dezenas de quilómetros à rede ferroviária e algumas centenas à rede de «carreiras». Fez também uma ponte em Moçâmedes e propôs, sem sucesso, um sistema



de compensações para baixar o preço das tarifas de comboio aplicáveis às mercadorias descendentes (isto é, àquelas que vinham do interior para a costa). Pouca coisa, em suma.

Angola vivia a época da borracha e do café (90% das exportações), que os pretos colhiam em estado natural para vender aos comerciantes de Luanda, Lobito e Moçâmedes. Os preços e as quantidades exportadas estavam em baixa. Couceiro pretendeu diversificar a economia. Comprou gado reprodutor e 43 milhões de sementes de algodão para que a «província» tirasse algum proveito dos protegidíssimos têxteis metropolitanos e para integrar a economia portuguesa à economia angolana. Tudo falhou. Como falhou a pesquisa mineira, que, identificando jazidas importantes, não atraiu investimentos.

Em última análise, Portugal era o obstáculo essencial ao desenvolvimento de Angola, onde constituía um mercado cativo e a que servia de entreposto. Qualquer mudança implicava a mudança prévia dessa situação. Mesmo o «imposto de cubata», que Paiva Couceiro pela primeira vez cobrou em 46 dos 61 distritos administrativos, não forçava os pretos a trabalhar numa agricultura e numa indústria que não existiam, já para não falar na vinda em massa de colonos brancos, para quem naquele deserto não havia destino.

De resto, com as restrições que permaneciam à liberdade do governador-geral, Angola continuava presa à vontade política de Lisboa e, em Lisboa, o assassinato do rei e a queda de Franco, em 1908, deixaram Couceiro nas mãos dos «corruptos caciques» do *rotativismo*. Pior: José Luciano convenceu D. Manuel a nomear um governo em que entravam regeneradores, progressistas e cripto-republicanos e esse governo produziu um parlamento caótico, sem maioria estável. Depressa os regeneradores, conduzidos pelo velho e assaz tolo Júlio de Vilhena, se dividiram: e essa divisão naturalmente provocou uma série interminável de ministérios de meses, assentes em combinações precárias e apenas dedicados a sobreviver.

Couceiro ainda ficou um ano em Angola (e de novo não resistiu a participar em operações militares). Mas depressa percebeu que a impotência dos sucessivos ocupantes do Terreiro do Paço (e o ódio que por ele manifestamente nutriam) condenava a visão imperial de 1908. Os conflitos entre Luanda e Lisboa tornaram-se cada vez mais frequentes e acrimoniosos. E em Julho de 1909 Couceiro demitiu-se.

Saiu de Angola em fins de Junho de 1909, entre manifestações de fúria e protesto da população branca. Chegou a Lisboa na primeira semana de Julho. A 22, consoante a fórmula, foi exonerado, «a seu pedido, de governador-geral de Angola». E a 28 de Julho recebeu o comando do Grupo de Artilharia a Cavalos de Queluz. O ministério Venceslau de Lima, que o demitira, durava ainda. Por detrás de Venceslau de Lima estava o chamado Bloco Liberal, que se reduzia aos regeneradores de Júlio de Vilhena (na

verdade, dominados por Teixeira de Sousa) e aos dissidentes de José Maria de Alpoim. Era, de novo, a velha ideia de enfraquecer os republicanos, fazendo na Monarquia o que eles apregoavam que iriam fazer na República. Em princípio, Venceslau de Lima devia ser a transição para um governo puramente do Bloco Liberal, que, esse sim, depois de eleições e com um novo parlamento, poderia adoptar a essência do programa do PRP. Não se sabe até que ponto o presidente do Conselho acreditava nestas combinações. Mas não resta dúvida de que se comprometeu solenemente com Vilhena, Teixeira de Sousa e Alpoim e que, como prova de boa fé, nomeou ministro da Justiça Francisco de Medeiros, um inimigo declarado do clericalismo.

Estas habilidades não levaram, evidentemente, a parte alguma. Para começar, ninguém, no fundo, as tomava a sério e, na medida em que envolviam os dissidentes, suscitavam de parte a parte as piores suspeitas. João Chagas inaugurou a ofensiva contra Alpoim nas *Cartas Políticas*. Chefe e cúmplice do 28 de Janeiro, Alpoim ficara a conhecer «homens e factos», ou seja, as associações secretas revolucionárias, que de outra maneira não conheceria. O simples facto de ele se associar ao poder já inquietava o PRP. Mas, se por um acaso qualquer se promovesse ao governo, passava a constituir um perigo mortal que o «povo» não perderia um dia «a conjurar». Quanto ao presumível efeito pacificador do «liberalismo» de Alpoim, Chagas deixava as coisas absolutamente claras: a «opinião» não o «reclamava» e, se ele viesse, não viria certamente com o apoio dela, mas contra a «hostilidade» de toda a gente. O país nem sequer lhe daria o benefício de uma «expectativa benévola». Era um «apóstata» para os dois lados, uma pura «causa de desordem». O que Chagas proclamava em público, os monárquicos diziam em privado ao rei. Em Julho, José Luciano repetia a D. Manuel que os dissidentes eram regicidas e aliados dos republicanos. Em Agosto, João de Azevedo Coutinho avisava D. Manuel sobre a fraqueza da polícia, da polícia secreta, da guarda municipal e do exército e sobre a conveniência de mudar, pelo menos, os comandos da guarda municipal e da polícia (que, aliás, nunca se mudaram). Em Agosto, até Júlio de Vilhena, fundador e cabeça visível do Bloco, garantia a D. Manuel a impossibilidade de os dissidentes entrarem para o governo «por estarem inteira, íntima e absolutamente ligados» ao PRP.

Em Setembro, Alpoim retribuiu estes cumprimentos numa visita à Pena, comunicando ao rei que Vilhena não tinha amigos, excepto dois ou três «ladrões». Os republicanos também eram «ladrões» e «degenerados morais». Os dissidentes, pelo contrário, eram homens «de valor», embora ele achasse alguns «avançados de mais». Só Ribeira Brava, que, de acordo com alguns boatos, participara no assassinio de D. Carlos, Alpoim achava «um canalha de primeira ordem», capaz de «vender ou matar» a família «por dinheiro». Enquanto o governo e o *Bloco Liberal* se dissolviam nestas míseras intrigas, o PRP aproveitava. Em 2 de Agosto, centenas de milhares de manifestantes,

convocados pela Junta Liberal, foram ao parlamento exigir o registo civil obrigatório, a secularização dos cemitérios, a abolição dos juramentos religiosos e a aplicação imediata das leis vigentes (de Pombal, Aguiar e Loulé) que expulsavam os jesuítas e proibiam as ordens religiosas. O parlamento aceitou reconhecer oficialmente as reivindicações dos manifestantes, apresentadas «num papel» por alguns delegados. Miguel Bombarda, o anticlerical de serviço, pediu logo a palavra e expeliu o discurso canónico sobre os malefícios da Igreja e da religião, com pequenas variações ornamentais em que tratou da particular perversidade de Loyola e das 1900 vitórias de Santo António sobre o pecado da carne. Quando acabou, Afonso Costa requereu que o parlamento adoptasse as reivindicações dos manifestantes como ordem do dia. Mas, naturalmente, o parlamento recusou, com os votos dos progressistas, dos regeneradores de Campos Henriques e de meia dúzia de regeneradores ortodoxos. Aqui Afonso Costa exibiu com alacridade e alarido a sua imensa indignação, para grande júbilo da galeria, que os republicanos tinham, obviamente, ocupado. Houve vivas à República, morras à Monarquia, chufas e bofetadas.

Os tumultos do parlamento, por si só, embaraçavam o governo: e aqueles mais, porque demonstravam a impotência do seu «liberalismo». O único acto «liberal» do ministro Medeiros consistira até Agosto na publicação de uma portaria que dispensava dos júris criminais os indivíduos que não quisessem prestar o juramento religioso da lei. A portaria, contrariando disposições taxativas do Código Judiciário, era írrita e nula, sobre ser inteiramente frívola. *O Bloco* precisava, ou supunha que precisava, de fazer qualquer coisa contra o clericalismo para se salvar na «opinião». Alpoim, que nutria grandes ilusões a esse respeito e que, de resto, considerava Medeiros «um evadido de Rilhafoles», «absolutamente doido», resolveu passar ao ataque na Câmara dos Pares. Denunciando dramaticamente a existência de seminários ilegais, pediu um inquérito nacional. Com o patriarca à frente, os bispos rejeitaram as alegações de Alpoim e resolveram não colaborar no inquérito.

Nada disto teve grande efeito. Mas, de repente, rebentou o «escândalo Ançã». O bispo de Beja demitira dois professores do seminário de Beja, os irmãos José Maria e Manuel Ançã, sem o necessário beneplácito do governo. Estes dois padres acusavam de ilegalidade o bispo em exercício, D. Sebastião Leite de Vasconcelos. O bispo acusava o seu antecessor. De qualquer maneira, a polémica azedou-se. A Igreja pretendeu justificar-se com o argumento de que os Ançã eram proprietários de um bordel. Ao que o primogénito (poeta erótico nas horas vagas) pertinentemente replicou que D. Sebastião lhe fizera propostas desonestas, de natureza homossexual, chegando ao extremo de «reclamar a passiva». Aqui Medeiros, confirmando Alpoim, mandou reintegrar os Ançã no seminário e o Conselho de Ministros, que guardava ainda alguns restos de sanidade, anulou no dia seguinte o despacho

de Medeiros. Desautorizado, Medeiros demitiu-se em 27 de Outubro. Venceslau de Lima, politicamente morto, sobreviveu ao episódio seis ou sete atribuladas semanas.

O parlamento, entretanto, fechara, sem querer discutir o orçamento (cujo déficit, 7000 contos, era o maior desde 1992), sob o extraordinário pretexto de que não valia a pena. Pior: de novo o governo fora obrigado a parar, por motivos obscuros, o inquérito sobre o regicídio.

A indigna vida e o desastrado fim do ministério de Venceslau de Lima convenceram um número substancial de monárquicos, nos partidos e fora dos partidos, a tentarem um último esforço de resistência. A ideia partiu de Júlio de Vilhena, que em Abril começou a falar num *bloco de defesa monárquica*. O plano consistia, escusado será dizer, em formar esse *bloco* à volta do Partido Regenerador. O parlamento ecuménico de 1908, manobrado pela astúcia de José Luciano, pusera o regime manifestamente em perigo. O salvatério estava em voltar à maneira forte, oferecendo a dissolução a Vilhena. Mas D. Manuel persistia na crença absurda de que as dissoluções tinham destruído D. Carlos; e ninguém honrava Vilhena com a menor confiança.

Só que a ideia ficou. O rei chamou Beirão, ou seja, os progressistas, que fizeram uma aliança parlamentar com os *henriquistas* e conseguiram uma relativa benevolência da facção intransigente do *franquismo*, a que pertencia Couceiro. Do outro lado ficaram os liberais: os restos do grupo de Ferreira do Amaral, Teixeira de Sousa e Alpoim. Vilhena tomou a escolha de Beirão por um insulto pessoal de D. Manuel e, possesso de fúria, decidiu deixar a chefia do velho Partido Regenerador. Para o substituir foi eleito Teixeira de Sousa. Passados três anos de confusão, reapareciam na Monarquia, embora embrionariamente, dois campos, dois *blocos*, com alguma consistência ideológica e política. O *bloco* conservador, apologista dos valores tradicionais e da ordem nas ruas, que pregava a firmeza e não acreditava na utilidade de qualquer concessão aos republicanos; e o *bloco* liberal, que se propunha domesticar os republicanos, pela drástica reforma da Monarquia. Eram de novo as duas faces de João Franco, como se o fracasso de João Franco não tivesse já amplamente provado a futilidade do compromisso e da força para conter o *PRP*. Ainda por cima, quando agora, numa perfeita inversão da sua natureza, os progressistas representavam a força e os regeneradores o compromisso.

O ministério Beirão, em que entravam apenas progressistas e neutros e o famoso ferrabrás João de Azevedo Coutinho, «herói dos Namarraís», parecia assegurar que não se repetiriam as torpes cenas do governo anterior e que, faltando só seis meses para acabar o prazo normal da legislatura, o rei tentava permitir que, da Rua dos Navegantes, José Luciano presidisse às eleições, restaurando assim os antigos ritos do rotativismo, em cuja suspensão as pessoas graves viam a origem de todos os males presentes.

Sem grande entusiasmo, até os *franquistas*, como Couceiro, acharam este expediente preferível à balbúrdia estabelecida, em que a Monarquia agonizava. Talvez um poder estável conseguisse coibir os piores excessos do *PRP* e talvez eles próprios ganhassem algum tempo para se reorganizarem. Mas nem tempo ganharam. Contra Venceslau de Lima, os republicanos tinham levantado o espectro do clericalismo. Contra a ameaça mais séria de Beirão usaram a velha e sempre infalível receita dos «escândalos». O primeiro «escândalo», o «escândalo Hinton», não os levou longe. Desde logo assentava em algumas cartas puramente particulares, roubadas por um criado e de que Afonso Costa se apropriara por meios obscuros. Depois, enganado por uma semelhança de nomes, Afonso Costa acusou no parlamento um indivíduo inocente. E, para acabar, as ditas cartas, escritas entre 1904 e 1908 por uma criatura menoríssima, com quem D. Carlos entretinha vagas relações de amizade, pediam de facto favores a dois ou três ministros, mas nenhum comprovadamente fizera os favores pedidos.

No entanto, os republicanos e a oposição «liberal» recuperaram depressa deste fracasso. O «escândalo» inventado não convencera ninguém: apareceu de repente um escândalo autêntico. A nomeação de um novo vice-governador para o Crédito Predial fez descobrir um enorme desfalque. Durante anos e anos, uma pequena quadrilha, dirigida pelo chefe dos contabilistas, desviara somas inconcebíveis (mais de 1000 contos) por processos assaz transparentes. O contabilista e um dos seus cúmplices, José Belo, uma personagem de relativo peso político, foram presos. Quando o Banco de Portugal resolveu não intervir no caso, o Crédito deixou de pagar. A falência parecia certa.

O interesse político do episódio estava em que o chefe do Partido Progressista e deus *ex-machina* da política portuguesa, José Luciano, era governador do Crédito e, nessa qualidade, assinara, presumivelmente sem os ler, todos os relatórios do contabilista. O ministro da Justiça, Artur Montenegro, era membro do conselho de administração. E José Belo era um dos protegidos de José Luciano. Os factos em si e a campanha virulenta da oposição bastavam para condenar qualquer governo e de todo em todo excluía que o rei dissolvesse o parlamento a seu benefício. O próprio chefe da polícia secreta avisou D. Manuel de que persistir no apoio aos progressistas (a que a imprensa, monárquica e republicana, agora chamava «predialistas») equivalia a provocar um «movimento revolucionário». Restava, assim, despedir Beirão (que saiu em 26 de Junho de 1910) e, despedido Beirão, chamar Teixeira de Sousa, atrás do qual se escondiam os dissidentes e os republicanos. O rei não o desconhecia, mas teve de se resignar ao inevitável.

Enquanto estas coisas sucediam, Couceiro viveu aparentemente tranquilo entre a rotina do quartel e algumas comissões de serviço. Em 1909 foi nomeado para inspeccionar a Escola Prática de Infantaria e a Escola Central de Sar-

gentos. Em Setembro «prestou as provas especiais de aptidão» para major e o júri considerou unanimemente que ele «reunia todas as condições necessárias para ser promovido». Em 1910 trabalhou três meses na perene reforma das forças armadas coloniais e em 4 de Junho fez (aos 48) quinze anos no posto de capitão, de que, aliás, nunca viria a passar.

Não vale a pena discutir os sentimentos do exército, quando Teixeira de Sousa conseguiu, finalmente, a Presidência do Conselho e D. Manuel, dissolvendo o parlamento, entregou o país ao radicalismo monárquico. Morto D. Carlos, o exército não tinha um chefe. Ninguém acreditava em D. Afonso, que politicamente não existia, e menos no rei, a que a opinião informada não atribuía vontade própria. Também os generais de secretaria, cujas ligações aos partidos da *rotação* eram notórias, não inspiravam qualquer confiança, sobretudo quando se tratava de liquidar o *rotativismo*. Havia ainda Vasconcellos Porto, o antigo ministro da Guerra de João Franco e agora o chefe dos regeneradores-liberais. Mas Vasconcellos Porto achava que o exército devia obedecer aos poderes constituídos e não se queria envolver numa aventura militar. Só os «heróis de África» sobressaíam nesta geral desolação e foi naturalmente à volta deles que os descontentes se juntaram. Em Julho de 1910, Couceiro publicou no jornal franquista *O Correio da Manhã* uma carta, assinada Agá Pê Cê, em que, na sua prosa esmerada dos momentos graves, anunciava a necessidade de uma contra-revolução. Caracteristicamente, não dizia uma única palavra sobre os republicanos. O rei («verdes anos», «falta de experiência», «nobre boa fé»), os políticos «sem escrúpulos», os áulicos «intrigalhosos e arteiros», as facções de «impudicas malas-artes», eram claramente o inimigo a abater. Couceiro não ignorava a inércia e a passividade da «massa pública» (ou seja, da classe média), que parecia, segundo ele, «hipnotizada pelo fatalismo». A história guardava para ela as «consequências» e os «qualificativos inerentes» (cobarde e variações). Mas talvez continuasse a existir em Portugal gente «menos resignada» ao «papel de suportar afrontas em silêncio»: gente disposta a «incomodar-se, a mexer-se, a ir para as assembleias e os comícios»; e até mesmo gente disposta a «lançar mão dos instrumentos que mais adequados julgasse para varrer de ervas más o chão nacional». Se essa gente existisse, contasse com ele para «restabelecer» na política «a orientação exigida pelo bem e pela decência».

A carta não adiantava mais. Couceiro não explicava o que era para ele o «bem» e a «decência», dando, sem dúvida, por adquirido que as pessoas boas e decentes não precisavam de uma explicação. Não escolhia sequer os meios: as assembleias e os comícios, ou «instrumentos» eventualmente «mais adequados»? A acção política legal ou um golpe militar? Ou as duas coisas? Couceiro não omitia estas subtilezas por prudência ou tática. No fundo, não se interessava por elas. Sentia a degradação do regime como se fosse uma

«afrenta» ou uma «ofensa» pessoal: e, ao contrário da «massa pública», ele «não se deixava governar assim». Reagia; tinha de agir.

Claro que, dentro e fora do exército, muitos monárquicos concordavam com ele, ou melhor, dentro e fora do exército, ele exprimia as emoções de muitos monárquicos. A carta, vinda de quem vinha, suscitou grande entusiasmo. Mas sem objecto nem consequência. Vários grupos de oficiais começaram a conspirar separadamente; alguns foram ao *Correio da Manhã*, fardados, pedir instruções; outros, sem se esconderem e quase sempre nos próprios quartéis, promoveram assembleias para discutirem a situação. Entretanto, havia eleições em 28 de Agosto e os corruptos políticos do regime conseguiram persuadir os putativos contra-revolucionários a colaborar no exercício, sob o pretexto mendaz de que, por uma vez, o governo ia fatalmente perder. O bloco que sustentara Beirão (progressistas, *henriquistas* e *franquistas*) foi alargado aos nacionalistas e aos miguelistas (que a ameaça de crise dinástica tinha miraculosamente ressuscitado) e recebeu o nome, sugerido pelo velho Vilhena, de *Bloco de Defesa Monárquica*.

Couceiro aceitou ser candidato por este *Bloco* ao lado de várias criaturas que ele execrava e pretendia «varrer do chão nacional», do director do *Correio da Manhã*, Álvaro Pinheiro Chagas, e de um desconhecido chamado Sinel de Cordes. Como Franco, oscilava entre as vias legais e a força pura e simples. Tanto mais quanto, em 1910, as vias legais podiam, teoricamente, conduzir ao uso da força pura e simples. Na sua inocência, o *Bloco* esperava esmagar Teixeira de Sousa e, a seguir, com a legitimidade desse triunfo, tratar dos republicanos (e dos presuntivos cúmplices dos republicanos) como eles mereciam. Pelos cafés da Lisboa política falava-se nisso abertamente. Em 6 de Agosto, o juiz de instrução criminal (ou seja, da polícia secreta) preveniu Teixeira de Sousa de que se preparava, para depois das eleições, «uma nova *saldanhada*, mas com chacina rija nos elementos suspeitos de liberais, desde os adeptos do governo até aos mais dementados e ferozes demagogos». E, muitos anos mais tarde, Álvaro Pinheiro Chagas, desmentindo que se planeasse uma «chacina», confirmou a intenção de reprimir a «anarquia latente» do país. Pretendia-se apenas, jurava ele, «acabar com especulações políticas, viessem donde viessem, coibir os escandalosos abusos de imprensa, liquidar a questão das associações secretas, sobre as quais se sabia o bastante para as dissolver rapidamente, apreender todos os explosivos que se fabricassem pela cidade e proceder severamente contra os que os fabricavam, etc.». Ninguém desejava «violências», ou, pelo menos, «violências» que excedessem «uma rusga bem ordenada à vadiagem», à «matulagem das ruas», e a «prisão em cada bairro» de algumas dezenas de «elementos desordeiros». De resto, a gente séria fugiria para o estrangeiro» ou, como de costume, calaria a boca.

Embora inteiramente lunática, esta hipótese de uma «intentona» vingadora, que, segundo a imprensa «liberal», era inspirada pelos jesuítas e pelos «áulicos», chegou a preocupar Teixeira de Sousa e o PRP. De Julho a Setembro de 1910, apesar de duas tentativas de revolução republicana (a 15 de Julho e a 19 de Agosto), a polícia secreta consumiu parte considerável das suas energias a espiar oficiais «reaccionários». E, para grande furor de João Chagas, cuja pureza ideológica se ofendia com facilidade, Afonso Costa deu um discreto apoio ao governo. O jornal por excelência do jacobinismo, *O Mundo*, que nunca descera a poupar um monárquico às mais torpes calúnias, entrevistou Teixeira de Sousa com manifesta benevolência e confessou até alguma cauta «esperança» nele. Amabilidade que o entrevistado retribuiu, solicitando o auxílio dos republicanos na luta contra a «reacção».

O *Bloco* assistia a este escuro conúbio com ódio e com medo. Não pensava, evidentemente, em ganhar as eleições, mas tencionava com certeza tornar a vida impossível ao governo e «dar uma lição ao reizinho», que o aceitara. O «liberalismo» de Teixeira de Sousa agredia, de facto, todos os partidos monárquicos, excepto os dissidentes, e, pior ainda, atacava a opinião conservadora e a Igreja. O programa do Partido Regenerador, por exemplo, aprovado já em Janeiro de 1910, após declarar que o conservadorismo «asfixiava os países», prometia mudanças radicais. Em matéria constitucional, prometia nomeadamente a nulidade automática de todas as «medidas legislativas» de todas as ditaduras (mesmo daquelas que tivessem a «aquiescência» do rei), a criação de 50 pares electivos, a reunião das Cortes por direito próprio, a obrigatoriedade de dois meses de trabalho contínuo antes de qualquer adiamento parlamentar e, por fim, a proibição de dissolver o parlamento contra a vontade da maioria. Na prática, estas reformas reduziam o rei a uma simples figura ornamental. Eram, aliás, bem mais do que reformas. Em conjunto, eram uma nova constituição. O poder moderador desaparecia e, com ele, o poder dos «notáveis», que se elegiam administrativamente e se revezavam por favor do rei. Em lugar do antigo sistema de equilíbrios, Teixeira de Sousa punha um regime que assentava apenas no voto popular.

As consequências disto ficavam à vista. Os partidos tradicionais, puras redes de «caciques» e clientelas, não resistiriam, pelo menos nas cidades maiores, a um partido de massas, como o Partido Republicano, e, a prazo, supondo por absurdo que a Monarquia se aguentava na barafunda, não lhe resistiriam em sítio nenhum. Tanto mais que Teixeira de Sousa se propunha também revogar a lei eleitoral, a «ignóbil porcaria» de Hintze, para estabelecer nas sedes de distrito círculos plurinominais com representação proporcional e restabelecer no interior os círculos uninominais de 1884.

Quem não partilhasse a ilusão de que o melhor método de combater os republicanos estava em tornar a Monarquia democrática (coisa que nem pela



cabeça de João Franco passara) tinha de considerar Teixeira de Sousa um traidor e D. Manuel um fraco ou um mentecapto. Os jornais do *Bloco* não se privaram de o dizer, numa histeria que foi subindo, à medida que se iam descobrindo (ou percebendo) as verdadeiras interações do governo, entre elas a de rever a lei de 13 de Fevereiro de 1896 de maneira que só se aplicasse a anarquistas comprovados (ou seja, a ninguém), a de retirar à polícia secreta o direito de prender suspeitos e de os interrogar sem a presença de um advogado (o que significava a impunidade para uns milhares de revolucionários e bombistas), a de julgar os crimes de imprensa por um júri ordinário (o que fazia calúnia livre) e a de amnistiar os crimes de imprensa (o que beneficiava principalmente França Borges e Artur Leitão, dois notórios caluniadores de Franco e D. Carlos).

A transigência, no entanto, de nada valia sem a prova de que o governo se não deixaria intimidar pelos «clericais, pela Igreja e, sobretudo, pela «Cúria Romana». Logo em Julho, o ministro da Justiça, Manuel Fratel, exprimiu, em portaria, o seu «desagrado» ao arcebispo de Braga, que, «por ordem da Santa Sé», tinha «suprimido» uma obscura revista diocesana, chamada *Voz de Santo António*. O incidente parece trivial. Mas não era. Fratel avisava com toda a solenidade o arcebispo e, através dele, a Igreja de que o governo exigia (como nenhum governo antes exigira) o rigoroso «acatamento das leis do reino», mesmo sob pena de «conflitos nocivos à paz do Estado» (*sic*). Ora, o rigoroso «acatamento» das ditas leis implicava a completa subordinação da Igreja ao poder político, a perda de uma parcela importante dos seus bens e o fim de muitas instituições religiosas com um estatuto jurídico duvidoso, que viviam da tolerância das autoridades, como, por exemplo, os colégios jesuítas onde a burguesia educava os seus filhos.

Este «liberalismo» chegava e sobrava para provocar a Igreja. Mas não para satisfazer os republicanos e, se no essencial o governo não satisfizesse os republicanos, não tinha qualquer justificação. A sua própria lógica o obrigou a ir mais longe. Teixeira de Sousa e Fratel comprometeram-se a criar o registo civil obrigatório. O registo civil obrigatório era anátema para a Igreja. Não apenas, nem principalmente, porque perdia algum dinheiro em enterros, casamentos e baptizados. Em si mesmo, o dinheiro não contava. Podia vir de outros sítios e até do Estado sob forma de compensações. Só que o registo civil facultativo separava publicamente os católicos dos ateus e, por paradoxal que pareça, na Lisboa ateia de 1910, a rejeição ostensiva dos sacramentos exigia ainda uma apreciável coragem cívica. A imprensa jacobina, por exemplo, continuava a festejar, como em 1860, os livres-pensadores, que não baptizavam os filhos, não se casavam, segundo a frase, «pela Igreja» ou recusavam na morte a assistência de um padre. O registo civil obrigatório, secularizando a vida privada, permitia que centenas de milhares de pessoas se afastassem para sempre e em segredo do culto cató-

lico. Os republicanos e, genericamente, o anticlericalismo não queriam outra coisa: reduzir a influência social e, portanto, política da «Infame» era, para eles, a condição e a essência do novo mundo democrático. Teixeira de Sousa preparava-se para eliminar o regime vigente (e o sistema de poder que ele representava) e para remover tudo o que os monárquicos estimavam na Monarquia. Mas ficou surpreendido que o Bloco se recusasse a qualquer espécie de pacto eleitoral. Em vários círculos, nomeadamente nos dois círculos de Lisboa, não havia dúvida de que os republicanos ganhariam se o voto monárquico (incluindo nele o voto do governo) se dividisse. Teixeira de Sousa apelou à desistência do *Bloco*. O *Bloco* desistiria mais facilmente a favor dos republicanos.

Nas eleições de Agosto de 1910, o PRP elegeu 14 deputados (8 em Lisboa, 3 em Setúbal e 1 em Beja). Em Lisboa, o *Bloco* ficou em terceiro lugar, mas conseguiu impedir que os candidatos do governo ficassem em primeiro. No círculo ocidental (que incluía os concelhos da Lourinhã, a 75 km, de Torres Vedras, a 56 km, de Sobral de Monte Agraço, a 45 km, de Mafra, Sintra e Cascais), o republicano João de Menezes teve 10 379 votos, o ministro Manuel Fratel 7664 e Paiva Couceiro 5304. Em conjunto, foram eleitos 89 *teixeiristas*, 41 *bloquistas* e, como se sabe, 14 republicanos. Mas foram também anuladas as eleições em dois círculos e a oposição requereu ao Tribunal de Verificação que as anulasse em mais sete, que representavam 51 deputados. O Tribunal ordenou um inquérito e o parlamento, que não podia manifestamente funcionar, abriu um dia, pela forma, e tornou logo a ser fechado até, pelo menos, 12 de Dezembro. Pequeno incidente que, aliás, não impediu Teixeira de Sousa de extorquir ao rei a nomeação de 16 pares, entre os quais um dissidente, cúmplice confesso do 28 de Janeiro e suspeito de envolvimento no regicídio. Nem Fratel de suprimir duas congregações de padres espanhóis e pôr os padres na fronteira. Em fins de Setembro, Teixeira de Sousa apresentou mesmo ao rei um decreto que, invocando as leis de Pombal, expulsava os jesuítas e avisou que, se D. Manuel não o assinasse (como não assinou), lhe chegava perfeitamente uma portaria.

Nesta altura, Couceiro voltou a falar. Ritualmente, o jornalista descreveu esse «Nun'Álvares traduzido para português moderno». Magro, seco, nervoso, com a «sinceridade à flor da alma»: em suma «o carácter no estado agudo». A derrota visivelmente pesara-lhe. Começou logo por se declarar um «vencido». Não um simples «vencido» das eleições: um «vencido da vida». Um homem só: «cada vez menos se entendia com a política e com os políticos portugueses», o que, para o «cidadão de boa vontade», que ele de facto inocentemente se esforçava por ser, era uma situação «lastimável». Estava «pessimista», como, aliás, desde 1895. Agora estava também desesperado, uma diferença, que ele não mencionava mas se percebia.

Como ter esperança?, perguntava ele. O regime agonizava entre os «nepotismos, corrupções malabares e eleições e mais artimanhas do impenitente repertório regedorial». Os republicanos passavam estes «quadros vivos e *verdadeiros*» perante os «olhos do povo» e criavam mais e mais «adep-tos», adeptos «convictos» prontos a «carregar sobre a urna com o *entrain* e a disciplina da carga de Balaclava». Ele próprio pudera constatar, durante a campanha do *Bloco*, que o PRP «alastrava» em concelhos rurais onde dois ou três anos antes nem sequer existia.

O que fazer contra o destino, já manifesto, que ameaçava o país? Uma política de «convicção e tolerância», de «moralidade e justiça», uma política de «realizações», em que a «massa popular» acreditasse e activamente defendesse. Infelizmente, não se via em parte alguma essa meia dúzia de justos necessária para combater «as Resistências» (com maiúscula), «interessadas na conservação dos abusos». Pelo contrário, por toda a parte se viam «pusi-lanimidades, dissolvências, apagamentos». Pior, na própria sociedade ou, «cá pelo exterior», para usar as reveladoras palavras de Couceiro, as coisas não iam melhor. Não havia «nem crenças, nem fé». Andava «tudo fora dos eixos»: «frivolidades correndo ao gozo, plutocracias tratando da vida» e uma «indolência cívica» quase universal. No meio desta «farândola» de inconscientes e do «desvairamento geral», profetizava Couceiro, e não foi preciso esperar muito para verificar que não se enganara, «abria-se a estrada da escravidão».

Mas, por muito grande que fosse o desespero, Paiva Couceiro, notoriamente pouco susceptível «à pusilanimidade, à dissolvência e ao apagamento», não desistia dos seus velhos sonhos de «progresso e grandeza nacional». Acabara de publicar as quatrocentas páginas do relatório sobre os seus «dois anos de governo em Angola», que eram uma longa proclamação de fé no patriotismo e no poder da vontade. O espectáculo do «povo vegetando na pobreza» e da irresponsabilidade das «classes superiores» (em que naturalmente não incluía os republicanos) não o provocava à inércia. Nem a edificante liga monárquico-republicana de Teixeira de Sousa e Afonso Costa. Queria paz, trabalho persistente e o prestígio da autoridade. Queria «sanear» o Estado. Mas não ignorava que, depois do advento de Teixeira de Sousa, o país se tornara «ingovernável» dentro dos limites da Carta. «O beco», admitia ele, não tinha «saída».

Ou tinha, embora a «saída» sáísse dos seus «princípios». De que se tratava então? De uma «ditadura plebiscitária», «gerada fora» do «politiqumismo profissional», ou seja, no exército. Falara-se em privado numa intervenção militar depois do regicídio. Em Março de 1909, António Cabral voltara a pedi-la, num acesso de cólera contra o obstrucionismo parlamentar do denominado *Bloco Liberal*. Desde o governo Teixeira de Sousa que se conspirava e corriam

boatos de uma «intentona». Mas conversas e boatos e a picaresca propensão para a violência de António Cabral (de resto, inócua) não eram o mesmo que uma proposta pública e solene de um herói nacional, militar no activo e político militante. Pela primeira vez, um monárquico de peso se propunha rejeitar em grosso a legalidade constitucional como inoperável e obsoleta (extremo a que nem Franco se atrevera) e governar pela força.

Claro que Paiva Couceiro procurava legitimar a força por um plebiscito e reduzia o prazo da ditadura ao tempo indispensável para executar um «programa de governo» (de natureza desconhecida), para tomar «providências de acalmação e de policiamento interno» (ou seja, para «varrer» o Partido Republicano) e para «reformular» a Carta, por métodos que ela não previa, nem permitia (ou seja, para infligir ao país uma nova constituição autoritária e «organicista»). No entanto, tudo isto, que lhe parecia talvez um sinal de moderação, significava na prática entregar Portugal ao puro arbítrio do exército. Pior: Franco fora um agente e um colaborador do rei, a ditadura militar, como o liberalismo «teixeirista», excluía o rei muito claramente, Couceiro não honrava D. Manuel com a menor confiança. A legitimidade dos putativos ditadores viria apenas do plebiscito e dispensava o beneplácito real. Transformado num simples ornamento, D. Manuel não os poderia remover ou fiscalizar. Em última análise, nem sequer poderia decidir o seu papel futuro. Entregue à tutela dos militares e, teoricamente (sendo as eleições o que eram), à soberania do povo, tinha de aceitar o que lhe dessem.

Numa palavra, o programa de Couceiro era a condenação sem apelo do regime vigente e de todos os seus símbolos e servidores. Nesse ponto nada o distinguia dos republicanos. Uma posição deste radicalismo implicava, em princípio, nas circunstâncias de Setembro de 1910, o apoio do exército ou, pelo menos, de uma pesada parte dele. Mas sabe-se que Paiva Couceiro não falava pela hierarquia (produto por excelência do «rotativismo») e que também não estava ligado à única conspiração coerente da altura: a que Álvaro Pinheiro Chagas e os *franquistas* do *Correio da Manhã* tentavam organizar. Segundo Chagas, Couceiro preferia agir independentemente, «com o seu próprio grupo». Esse «grupo» quase de certeza não existia ou não passava de um círculo de fiéis e de amigos íntimos. Provavelmente, Couceiro nem com eles discutira a ideia e o programa da «ditadura plebiscitária». Avançara sozinho, movido por sentimentos difusos, por opiniões privadas e pelo que ele julgava ser «o progresso e a grandeza» de Portugal. Avançara sozinho e esperava, evidentemente, que o exemplo, o gesto dramático no campo de batalha, por si bastasse. Mas não o fazia sem um resto de má consciência. No fim da entrevista confessou que «a solução» talvez fosse «má». O problema era que não havia outra. Havia.

Na noite de 3 de Outubro de 1910, a revolução republicana veio, finalmente, para a rua.